

DANIEL JACINTO BERNO
RICARDO SILVA

**DIMINUIÇÃO DOS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE POR MEIO DE
PROJETO SOCIAL EDUCATIVO COM ADOLESCENTES**

Monografia apresentada por exigência do Curso Superior de Polícia – CSP, realizado pela Academia Policial Militar do Guatupê – APMG, em convênio com a Universidade Federal do Paraná – UFPR, como requisito para conclusão do Curso

Orientadora Metodológica:
Prof^ª. Dr^ª. Helena de Fátima Nunes Silva

Orientadora de Conteúdo:
Ten-Cel QOPM Mirian Biancolini Nobrega

CURITIBA

2009

EPÍGRAFE

(...)

**COMO É QUE FAZ PARA RAIAR O DIA
NO HORIZONTE, NO HORIZONTE.
ESTE LUGAR É UMA MARAVILHA.
MAS COMO É QUE SE FAZ PARA SAIR DA ILHA
PELA PONTE, PELA PONTE.**

**A PONTE NÃO É DE CONCRETO.
NÃO É DE FERRO, NÃO É DE CIMENTO.
A PONTE É ATÉ AONDE VAI SEU PENSAMENTO.**

(...)

Lenine e Lula Queiroga

**Vá de encontro ao seu povo,
Ame-o,
Aprenda com ele,
Sirva-o,
planeje com ele,
comece com aquilo que ele sabe,
construa sobre aquilo que ele tem.**

Kwame N'Krumah

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus, agora e em todos os dias, por ter me trazido até este momento e principalmente, pela proteção.

Agradecemos aos nossos pais, por terem sido exemplos de vida, e que nos abençoam a cada dia.

Agradecemos aos nossos familiares, pois são a motivação de nossa vida.

Agradecemos a Senhora Tenente-Coronel QOPM MIRIAN BIANCOLINI NOBREGA, orientadora de conteúdo, pela pronta disposição em aceitar tal missão.

Agradecemos a Professora Doutora Helena de Fátima Nunes Silva pelos seus ensinamentos e valiosa contribuição em sua orientação.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo pesquisar e analisar o trabalho realizado junto ao Programa Adolescência Cidadã, que se apresenta como uma das alternativas para concretizar a missão da prevenção da violência entre os adolescentes, ressaltando que o trabalho com adolescentes precisa ser atrativo e estimular a participação social e comunitária do jovem como forma de elevar sua auto-estima, oferecendo a oportunidade de vivenciar um presente longe da violência e da criminalidade. Aborda o já descrito por estudiosos da área, de que é na adolescência que o desenvolvimento físico, as habilidades cognitivas e as expectativas sociais do jovem amadurecem o bastante para possibilitar a formação de uma identidade madura. A educação sempre se apresentou como uma via de superação das desigualdades e como os jovens, principalmente os de classes menos favorecidas não encontram os estímulos em seus lares, abandonam os estudos e envolvem-se com trabalhos informais que não permitem a independência financeira deste jovem frente à família que constituirá, perpetuando assim o ciclo de pobreza e de desigualdade. E esta é uma porta aberta para o envolvimento com a criminalidade, pois quando se percebem desiguais, muitos jovens migram para o mundo das drogas e conseqüentemente ao mundo da violência, criminalidade e destruição. Sendo a adolescência uma fase de transformações se faz necessário oferecer aos jovens, orientação e estímulo neste período, em que esta população está mais sujeita a praticar atos de violência. O Programa Adolescência Cidadã mostrou-se como uma alternativa de orientação e estímulo para incentivar o retorno, permanência e sucesso escolar como forma de superação das dificuldades o que evidencia dessa forma, ser a prevenção o melhor caminho para que ocorram as mudanças comportamentais, a fim de afastar o adolescente da ociosidade e da prática de infrações, e assim, em conseqüência contribuir para a diminuição dos índices de ocorrência policial envolvendo jovens.

Palavras- Chave: Adolescência, Infrator, Educação, Programa, Prevenção.

ABSTRACT

This study aimed to research and analyze the work done by the Citizen Adolescent Program, which is presented as an alternative to achieve the mission of prevention of violence among adolescents, noting that work with adolescents need to be attractive and stimulating Community and social participation of young laugh as a way to raise your self-esteem, offering the opportunity to experience this one away from violence and crime. This paper discusses the already described by scholars in the field, that is during adolescence that the physical, cognitive skills and social expectations of young mature enough to allow the formation of a mature identity. That education has always been presented as a way of overcoming inequality and how young people, especially those from lower classes do not meet the stimuli in their homes, abandon their studies and engage in informal jobs that do not allow the financial independence of front of the young family who will, thereby perpetuating the cycle of poverty and inequality and this is an open door to involvement with crime because when you realize unequal, many young people flock to the world of drugs and therefore the world of violence, crime and destruction. As adolescence is a phase change is necessary to offer young people, guidance and encouragement during this period, where the population is more prone to commit acts of violence Adolescence Citizen Program has proved to be an alternative to seeking guidance and stimulus to encourage the return residence and educational attainment as a means of overcoming difficulties, showing thus be to prevent the best way for the behavioral changes occur, the teenagers away from idleness and practice of violations, and so in consequence of helping to reduce the rates of events involving young military officers.

Key words: Adolescence, Infringing, Education Program, Prevention.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	NÚMERO DE REPROVAÇÕES ESCOLARES (%)	40
GRÁFICO 2	ABANDONO ESCOLAR (%)	41
GRÁFICO 3	TEMPO OCIOSO FORA DA ESCOLA	42
GRÁFICO 4	MAUS-TRATOS SOFRIDOS (%)	43
GRÁFICO 5	PROGRAMA X RETORNO ESCOLAR (%)	44
GRÁFICO 6	CONTROLE DE FREQUÊNCIA ESCOLAR (%)	45
GRÁFICO 7	ENVOLVIMENTO EM OCORRÊNCIA PM (%)	46
GRÁFICO 8	MELHORA COMPORTAMENTAL	47
GRÁFICO 9	ENVOLVIMENTO DOS PAIS (%)	48
GRÁFICO 10	PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO AGRESSIVO (%)	49
GRÁFICO 11	SINAIS DE MAUS-TRATOS (%)	50
GRÁFICO 12	USO DE DROGAS E ENTORPECENTES (%)	51
GRÁFICO 13	PASSAGEM DE ADOLESCENTES PELA PM (%)	52
GRÁFICO 14	CONCEITO ATRIBUÍDO AOS ADOLESCENTES DO PROGRAMA (%)	53

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	NÚMERO DE REPROVAÇÕES ESCOLARES	40
TABELA 2	ABANDONO ESCOLAR	41
TABELA 3	TEMPO OCIOSO FORA DA ESCOLA	42
TABELA 4	MAUS-TRATOS SOFRIDOS	43
TABELA 5	PROGRAMA X RETORNO ESCOLAR	44
TABELA 6	CONTROLE DE FREQUÊNCIA ESCOLAR	45
TABELA 7	ENVOLVIMENTO EM OCORRÊNCIA PM	46
TABELA 8	ENVOLVIMENTO DOS PAIS	48
TABELA 9	PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO AGRESSIVO	49
TABELA 10	SINAIS DE MAUS-TRATOS	50
TABELA 11	USO DE DROGAS E ENTORPECENTES	51
TABELA 12	PASSAGEM DE ADOLESCENTES PELA PM	52
TABELA 13	CONCEITO ATRIBUÍDO AOS ADOLESCENTES DO PROGRAMA	53

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2 JUSTIFICATIVA	14
1.3 OBJETIVOS	15
1.3.1 Objetivo Geral	15
1.3.2 Objetivos Específicos	15
2 FORMULAÇÃO DE HIPÓTESE	15
3 REFERENCIAL TEÓRICO	15
3.1 A ADOLESCÊNCIA - O PERÍODO DE FORMAÇÃO DA IDENTIDADE.....	17
3.2 ADOLESCÊNCIA E SOCIEDADE	18
3.3 ADOLESCÊNCIA E A EXCLUSÃO SOCIAL	20
3.4 A DELINQUÊNCIA JUVENIL	25
3.4.1 Fatores gerais que contribuem para a delinquência infanto-juvenil	26
3.5 TRANSTORNOS DE CONDUTA	29
4 O PROGRAMA ADOLESCÊNCIA CIDADÃ	31
4.1 OBJETIVO DO PROGRAMA ADOLESCÊNCIA CIDADÃ	33
4.2 PÚBLICO BENEFICIADO PELO PROGRAMA ADOLESCÊNCIA CIDADÃ	33
4.3 METODOLOGIA DE AÇÃO	33
4.3.1 Eixo Temático 1	34
4.3.1 Eixo Temático 2	35
5 METODOLOGIA	37
5.1 COLETA DE DADOS	37
5.2 AMOSTRA	37
5.3 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE	38
6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	39
6.1 RESULTADOS OBTIDOS	39
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	58
ANEXOS	60

1 INTRODUÇÃO

A Polícia Militar do Estado do Paraná vem sendo acionada, com uma frequência cada vez maior, para dar atendimento a delitos envolvendo jovens, sejam se apresentando como vítimas, ou ainda, como infratores. Conter tal escalada não é sem dúvida uma das tarefas mais fáceis, por isso se torna necessária a busca incessante de alternativas que levem a ter a redução desses números.

Diversas são as situações de ordem social, econômica, cultural que vêm contribuindo para o agravamento desse problema. O crescimento desse tipo de violência com o envolvimento de adolescentes é um dos fatores que mais contribui para o aumento da criminalidade em nossa sociedade.

Segundo pesquisa publicada no Jornal Gazeta do Povo, março 2009, em 24 anos, o coeficiente de mortalidade por homicídios cresceu 585% entre os jovens paranaenses, índice que ocupa a 7ª posição entre estados brasileiros e fica à frente de São Paulo.

Tal problemática também foi identificada no município de Araucária, Estado do Paraná, cuja população, segundo IBGE 2007 é de 109.943 sendo que a população entre 15 a 19 anos é de 10.231 jovens.

Assim, o governo municipal, em uma tentativa de conter os avanços devastadores do crime junto aos adolescentes, criou nesse município alguns Programas destinados a atender essa população, sendo eleito entre eles, para o desenvolvimento desse estudo monográfico, o Programa "Adolescente Cidadão". Este programa foi durante o ano de 2007, com base em seus excelentes resultados obtidos em relação ao tempo de permanência e envolvimento dos jovens no referido programa.

Buscar-se-á a análise crítica sobre o desempenho obtido pelo Programa "Adolescente Cidadão", em conjunto com o Poder Público, em especial com os órgãos que constituem o sistema de proteção integral à criança (Polícia, Escola, Ministério Público, Conselho Tutelar, Magistratura, dentre outros), verificando a eficácia de sua atuação no enfrentamento das questões da diminuição da violência junto aos adolescentes assistidos.

Pelo exposto, uma questão a ser estudada é a de verificar se o Programa Adolescente Cidadão vem contribuindo na diminuição dos índices de violência e criminalidade.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Observando a definição utilizada pela Organização Mundial da Saúde¹, a adolescência é um período da vida que começa aos 10 e vai até os 19 anos, e segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente², começa aos 12 e vai até os 18 anos. Tal fase do desenvolvimento humano é reconhecidamente o período em que acontecem diversas mudanças físicas, psicológicas e comportamentais.

Esta fase, em razão de apresentar tais transformações físicas e psíquicas, necessita de um acompanhamento e orientação, visando a proporcionar um desenvolvimento sadio.

Na atualidade, observa-se que a fase da adolescência muitas vezes tem sido dificultada por inúmeros fatores: econômicos, sociais e de relacionamento entre outros, contribuindo, dessa forma, com o impedimento ao adolescente de vivenciar esta fase da vida.

Segundo informações da UNICEF (2008), 44% das crianças e adolescentes no Brasil vivem com uma renda per capita de meio salário mínimo por unidade familiar. Desse total, metade vive em famílias com uma renda de um quarto de meio salário mínimo. Tais números levam a ter a impressionante cifra de 29 (vinte e nove) milhões de crianças e adolescentes em situação de miséria absoluta, sendo esta situação um campo propício para o desenvolvimento da violência.

Todavia, atribuir a este único fator tão importante tema “Adolescência e Violência”, é considerar que a condição social vivida por esta população é fator preponderante para o desenvolvimento do crime, uma forma simples e preconceituosa de atribuir aos menos favorecidos condições pré-existentes para sua inclusão nessa condição de risco.

Embora haja uma inter-relação nas periferias urbanas, favelas e delinqüência, vale lembrar que tais localidades são, sim, locais de moradia de um grande número de trabalhadores, que elege a vida de trabalho e família como ideal.

Contudo, a desigualdade econômica presente traz consigo um grande número de problemas, tais como, a fome, dificuldade de acesso à educação, saúde e

¹ A Organização Mundial da Saúde (OMS) é uma agência especializada em saúde, fundada em 7 de abril de 1948 e subordinada à Organização das Nações Unidas.

² O ECA foi instituído pela Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990; ele regulamenta os direitos das crianças e dos adolescentes inspirado pelas diretrizes fornecidas pela Constituição Federal de 1988, internalizando uma série de normativas internacionais.

trabalho. Neste último e não menos importante fator, a ausência de trabalho tem criado um grupo de jovens em busca de atividades de subemprego, que, por si só, não trazem nenhuma garantia de ganho futuro, algo muito parecido com o oferecido pela prática do crime.

Apartada dos cuidados básicos que o Estado oferece, tal população vê-se, por vezes, impelida a viver sob a égide do grupo criminoso, que assumindo o hiato deixado pelo poder público, recruta para os seus exércitos os adolescentes da comunidade.

Como mostra Zaluar³ (1999), em seu trabalho "A Máquina e a Revolta", entre a vivência com o salário mínimo, a ética do trabalho legal e a delinqüência das quadrilhas que prometem vida fácil e dinheiro no bolso, está a opção de muitos adolescentes que engrossam hoje nossas estatísticas de mortes violentas.

Entende-se também que um dos fatores preponderantes para o envolvimento dos adolescentes na criminalidade seja a busca de alternativas de renda. Tais jovens abandonam seus estudos e por não possuírem um grau de instrução exigido, são conduzidos muitas vezes para os trabalhos de natureza informal, que em sua maioria representam uma baixa remuneração, sendo que o ciclo vicioso se completa da seguinte maneira: ***Não possuindo as qualificações desejadas pelo mercado de trabalho, os jovens se mantêm à margem da sociedade produtiva, buscando em atividades de natureza ilegais os meios necessários para sua existência. (grifo nosso).***

Diante disso, tem-se o seguinte questionamento: Estariam os programas sociais voltados ao atendimento de adolescentes em situação de risco, contribuindo para a diminuição dos índices de violência e criminalidade envolvendo este tipo de população?

³ *Alba Zaluar* é professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro Biomédico, Instituto de Medicina Social. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em pobreza e violências, atuando principalmente nos seguintes temas: pobreza urbana, violências, tráfico de drogas, cidadania, juventude, gênero e políticas públicas

1.2 JUSTIFICATIVA

Como já foi mencionado, a Polícia Militar frequentemente é acionada para o atendimento de delitos envolvendo jovens, sejam como vítimas ou como infratores. Desta forma, espera-se que mediante o fortalecimento de uma política de assistência social para a juventude, rompa-se o ciclo de dependência e exclusão social as quais muitas famílias estão submetidas e seja possível promover a diminuição desse grupo específico do envolvimento com a violência.

A proposta desse trabalho monográfico é realizar o estudo de um programa voltado aos adolescentes, residentes no município de Araucária, para verificar se tal projeto contribui para a diminuição dos índices de violência, por meio da apresentação de atrativos voltados a atender os interesses dos jovens.

Acredita-se que os projetos específicos voltados à prevenção sejam capazes de proporcionar aos adolescentes condições de usufruir plenamente de seu direito e convivência comunitária. O envolvimento em projetos comunitários deve incentivar o estudo, a participação em atividades de reconhecimento dos equipamentos comunitários, exercitando seu poder de atuação e esporte, enfim; possibilitar que sejam adolescentes e com isso tenham êxito no futuro, evitando a necessidade de precocemente terem que ser uma fonte de renda para sua família ou sejam induzidos às práticas de delitos e até mesmo sendo usados por criminosos.

Este trabalho reveste-se de relevância social importante, uma vez que poderá constatar se programas de natureza social, voltados a adolescentes podem vir a contribuir para minimizar o envolvimento de adolescente com a criminalidade.

Espera-se com o desenvolvimento do presente trabalho constatar que as atividades realizadas em parceria com os diversos órgãos da sociedade, incluindo a Polícia Militar do Paraná, possam contribuir para a prevenção no envolvimento dessa população em ocorrências de natureza policial-militar, sejam como infratores ou vítimas, fazendo com que a Polícia Militar deixe de trabalhar única e exclusivamente nos efeitos, buscando atuação junto às causas do problema, na intenção de promover a diminuição dos índices elevados dos adolescentes envolvidos com a criminalidade.

1.3 OBJETIVOS

Neste item será apresentado o objetivo geral e os objetivos específicos a serem buscados, pelo presente trabalho.

1.3.1 Objetivo Geral:

Analisar um dos projetos sociais implantados no município de Araucária e a sua correlação com a diminuição dos índices de violência na adolescência.

1.3.2 Objetivos Específicos:

- a. Descrever o projeto social “Adolescente Cidadão”, vigente no município de Araucária.
- b. Identificar por meio de pesquisa teórica, as fases da adolescência como momento de transição e aprendizado.
- c. Avaliar a partir de pesquisa de campo os resultados do projeto social “Adolescência Cidadã”, em relação ao envolvimento de adolescentes com a criminalidade.
- d. Comparar os resultados obtidos na pesquisa empírica, com os resultados obtidos na pesquisa teórica.

2 FORMULAÇÃO DE HIPÓTESE

É possível diminuir o crescimento da participação dos adolescentes no movimento da criminalidade urbana, por meio da sua inclusão nos programas sociais.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O projeto de pesquisa busca investigar a relação da ação preventiva da Polícia Militar realizada a partir da sua participação em projetos sociais, como fator inibidor do envolvimento de jovens participantes do programa em situações de criminalidade.

A população clama por uma sociedade mais segura e apesar de todo o empenho dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública, a Polícia Militar do Estado do Paraná, com seu banco de dados SISCOPWEB⁴, demonstra que os índices são desfavoráveis. Segundo dados obtidos no relatório estatístico da Polícia Militar em Araucária, no ano de 2008, em média mais de 50% das ocorrências atendidas possuíam envolvimento de adolescentes.

Conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art.4, “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”, se fazendo necessária a tomada de um conjunto de ações articuladas, em que diferentes instâncias devam atuar de forma complementar no financiamento, execução e coordenação dos sistemas de políticas públicas.

Portanto, se a atenção à juventude e adolescência é uma responsabilidade pública, expressa nos marcos legais e nas diretrizes de diferentes políticas, deve ser realizada tendo como premissa as responsabilidades e competências que previnam e conduzam os jovens a outra realidade em que a cidadania e seus direitos sejam garantidos.

As características da fase da adolescência nos revertem a entendê-la como um período de transformações que ocasionam mudanças de humor e transtornos de comportamento. Essas características aliadas à existência de problemas familiares decorrentes de situações sócio-econômicas são muitas vezes utilizadas como desculpas para certos comportamentos não convencionais. Porém, segundo descrição de especialista:

A realidade externa é sempre diferente, no que concerne a sua especificidade de sinal ou significação para diferentes pessoas, e essa distinção persiste durante a vida, a despeito do fato de que indivíduos partilham de semelhanças consensuais e comportamento e atitudes que constituem um laço empático entre membros da mesma cultura.(BLOS, 1998, p.267)

Assim, nenhuma realidade deve ser reconhecida como determinante de conduta ou comportamento, pois: é preciso compreender o presente não apenas como presente de limitações, mas como presente de possibilidades. (FREIRE,2002)

⁴ Sistema de registro informatizado de ocorrências, desenvolvido pela Polícia Militar do Paraná.

Refletindo sobre o tema citado, observa-se que o meio tem influência, mas não é determinante, deste modo, não se deve ter preconceito com jovens e adolescentes que vivem em comunidades carentes, delegando a eles a sentença de tornarem-se marginais.

Assim, não há dúvidas de que um meio rico em oportunidades gera jovens com maior capacidade de escolher seu futuro e responder com responsabilidade a suas atitudes, e, como consequência, o trabalho preventivo da Polícia Militar poderá tornar-se uma realidade.

3.1 A ADOLESCÊNCIA - O PERÍODO DE FORMAÇÃO DA IDENTIDADE

A adolescência caracteriza-se por ser a fase de transição entre a infância a juventude. É uma etapa extremamente importante no desenvolvimento, com características muito próprias. Há um desenvolvimento físico muito grande, com fortes transformações internas e externas. Também as mudanças nos campos intelectuais e afetivos são marcantes.

Paralelamente ao desenvolvimento físico interno e externo, ocorrem modificações também em nível social. O grupo de amigos tende a aumentar importância, e a tendência à imitação acentua-se novamente. O desenvolvimento intelectual também é notável capacidade para generalizações mais rápidas, bem como maior compreensão de conceitos abstratos.

Freud (1973) relata em seu trabalho, denominado "Três Ensaios sobre a Sexualidade", a intensa e profunda fase que o adolescente enfrenta durante sua evolução, na construção da identidade adulta. Ele afirma que tal situação implica na perda da condição de criança e em assumir novas habilidades e responsabilidades. Tal afirmativa traz um novo contexto, em que o adolescente pode apresentar comportamentos de auto-afirmação traduzidos no conflito pais-filhos, por exemplo, como pode também apresentar problemas indicativos de psicopatologia. Ele observa também neste mesmo estudo que existe presente nesta fase o que ele denominou de "impulso para a independência", fato característico no desenvolvimento dos adolescentes, e que tais mudanças ocorrem concomitantemente com o enfrentamento das cobranças sociais e culturais, para as quais muitas vezes o adolescente não está preparado.

De acordo com Mello (2002), a identidade do adolescente se desenvolve em silêncio com o passar do tempo; entretanto, muitas pequenas partes do eu se unem de forma organizada. Estes elementos podem incluir aspectos inatos da personalidade, como a passividade ou a agressividade, talentos e habilidades; identificação com modelos, modos de encarar conflitos e regular a conduta, assim como a adoção consistente de papéis sociais, vocacionais e de gênero. Dessa maneira, a formação de identidade é uma tarefa de toda uma vida, tendo suas raízes na primeira infância e ocupando posto relevante na adolescência.

Todos sabem, somente por meio da observação dos inúmeros exemplos que nos cercam, que é na adolescência que ocorrem as mais profundas transformações no desenvolvimento físico; as habilidades cognitivas e as expectativas sociais do jovem amadurecem o bastante para possibilitar a formação de uma identidade madura.

3.2 ADOLESCÊNCIA E SOCIEDADE

O desenvolvimento cognitivo é uma das transformações mais importantes da adolescência. É durante este desenvolvimento que ocorrem as transformações fundamentais no desenvolvimento cognitivo, implicando mudanças na percepção e descrições mais abstratas dos outros e do *self*⁵, bem como da capacidade empática – a possibilidade de se colocar no lugar do outro. Em estudo realizado tendo como base as duas últimas décadas, sobre o desenvolvimento cognitivo, demonstrou-se o desenvolvimento normal de aproximadamente 80% dos adolescentes, os quais não sofrem de distúrbios psicológicos.

Existem três tipos de influências que podem alterar esse tipo de desenvolvimento. Influências normativas históricas, influências normativas de idade e influências não normativas.

As influências normativas históricas são previstas para a maioria das pessoas numa determinada cultura ou época da vida. Exemplos: ingressar na Universidade,

⁵ Segundo o psiquiatra suíço Carl Gustav JUNG (26/Jul/1875 – 06/Jun/61) e fundador da psicologia analítica, também conhecida como psicologia junguiana “self” é o principal arquétipo é o **Si mesmo**. O Si mesmo é o centro de toda a personalidade. Dele emana todo o potencial energético de que a psique dispõe.

casar, arrumar o primeiro emprego. As influências normativas de idade ocorrem em todos os indivíduos independentemente da cultura. Exemplos: puberdade e climatério. Já as influências não normativas são aquelas que não são comuns a todos, como por exemplo, a separação parental e o uso de drogas. As influências não normativas não são necessariamente negativas e são importantes para o desenvolvimento posterior. (BRITO, 2000)

O processo de desenvolvimento humano é um sistema ecológico sendo marcado por influências que vão desde as mais distantes às mais próximas ao indivíduo. Esses sistemas (macrosistema, ecossistema, mesosistema e microsistema) configuram e definem o entorno ecológico em que tem lugar o desenvolvimento. Sua análise é muito útil para descrever os fatores de proteção e risco para a família. (MELLO, 2002)

O macrosistema inclui os valores culturais, as crenças e os acontecimentos históricos que definem o modo de viver de uma comunidade, como também influi nos outros três sistemas ecológicos.

Os fatores de estresse e risco presentes no macrosistema são múltiplos, e as famílias dos anos noventa vivem em um ambiente "social tóxico". (BRITO, 2000)

Essa toxidade ambiental seria derivada de quatro elementos: a televisão como transmissora da violência e intrusa na vida doméstica interrompe a comunicação familiar e a realização de atividades conjuntas; o mundo das crianças é cada vez menos um espaço protegido do mundo dos adultos; as tensões sociais e econômicas relacionadas ao desemprego e à pobreza; o declínio dos serviços de apoio comunitários; e a falta de recursos sociais lúdicos e culturais. Falhas que são mais intensificadas nas esferas sociais mais baixas.

O ecossistema compreende as estruturas formais e informais que influem e delimitam o ambiente mais próximo (a família extensa; as condições e experiências laboram dos adultos da família; as amigadas e as relações mais próximas).

O mesosistema se refere ao conjunto de relações entre dois ou mais microsistemas do qual a pessoa em desenvolvimento participa de maneira ativa: relações família-escola, por exemplo.

O microsistema, sistema ecológico mais próximo, compreende o conjunto de relações entre a pessoa em desenvolvimento e o ambiente imediato em que se desenvolve. (ASSIS, 1999)

3.3 A ADOLESCÊNCIA E A EXCLUSÃO SOCIAL

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), publicado em 16/07/1990, veio como resposta humanitária à injustiça vivida por milhões de seres em situação de violência e risco.

A falta de atenção à saúde, à educação, o desrespeito à liberdade, à dignidade e a convivência familiar e comunitária; o descaso pela educação, pela cultura, pela profissionalização, pelo esporte e pelo lazer, obriga a elaboração de normas capazes de garantir coercivamente os direitos de nossa maior riqueza, as crianças.

Porém, para se chegar à conclusão de que o crescimento social vem do cuidado com a infância e juventude, a sociedade brasileira passou por várias experiências, as quais merecem ser estudadas para se visualizar a mudança do paradigma de proteção infantil.

A pesquisa realizada por Marcílio (1998) evidencia que a proteção à criança abandonada no Brasil iniciou-se com a própria colonização e era prevista nas três Ordenações do Reino: formalmente, era responsabilidade das Câmaras Municipais encontrar os meios para criar as crianças sem família, função esta que era exercida a contragosto pela municipalidade, com evidências de omissão, negligência e falta de interesse.

No século XX, o crescimento demográfico, a concentração urbana das populações, o aumento dos índices de pobreza e sua maior visibilidade vão dar maior evidência à criança e ao adolescente abandonado. (BECKER, 2003)

Nos anos 20, a questão da criança e dos adolescentes desvalidos, que já era assumida como questão estatal, transformou-se em uma questão legal, deslocada de qualquer prevalência, ou de qualquer predomínio de preocupação pedagógica. Fernandes (1998, p.22) faz referência à Lei nº 4.242, de janeiro de 1921, que trata da despesa geral do país, a qual, em seu artigo 3º, nº 1, entre outras questões, autoriza o Governo a organizar o serviço de assistência e proteção à infância abandonada e delinqüente: Entre muitos aspectos relevantes, a Lei determinou: a construção de abrigo para o recolhimento provisório dos menores de ambos os sexos, que fossem encontrados abandonados ou que tivessem cometido crime ou contravenção; nomeação de juiz de direito privativo de menores, assim como de funcionários necessários ao respectivo juiz; providências para que os menores que

estivessem cumprindo sentença em qualquer estabelecimento fossem transferidos para a casa de reforma após sua instalação.

Dispôs também sobre condições que caracterizavam os menores abandonados, a guarda, suspensão e perda de pátrio poder, destituição de tutela, entrega à pessoa idônea e internação em hospital, asilo, instituto de educação, oficina, escola de preservação ou de reforma etc. Esta Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 16.272, de dezembro de 1923, que estabelece no seu art. 1º que o objeto e fim da Lei é o menor, de qualquer sexo, abandonado ou delinqüente, o qual será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção instituídas neste regulamento. Em seu art.62, estabelece que: subordinado ao Juizado de Menores haverá um abrigo, destinado a receber provisoriamente, até que tenham destino definitivo, os menores abandonados e delinqüentes.

Entendendo as determinações da Lei nº 4.242/21 e sob a influência da primeira Declaração dos Direitos da Criança, também chamada de Declaração de Genebra (1923), foi criado, em 1924, o Juízo Privativo dos Menores Abandonados e Delinqüentes e, em 1927, por meio do Decreto nº 17.943-A, foi constituído o Código de Menores, que se tornou conhecido por Código Mello Mattos, consolidando as leis de assistência e proteção a menores abandonados ou delinqüentes. Neste Código, os menores, estão divididos em abandonados e delinqüentes. Trata das crianças expostas (crianças até sete anos encontradas em estado de abandono) e explicita, do art. 26 ao art. 30, as características para a condição de abandono como sendo, entre outras, as condições de habitação, de subsistência, a negligência, a exploração e os maus-tratos. Além disso, tipifica os menores em vadios (art.28), mendigos (art.29) e libertinos (art. 30). Recebendo o menor, o Juiz o fará recolher ao abrigo, mandará submetê-lo a exame médico e pedagógico, e iniciará o processo, que na espécie couber. (Art. 159 do Código Mello Mattos). (CORSO, 1997)

O termo “menor” vinha carregado por um sentido pejorativo, como uma marca, um rótulo que abarcava abandonados e delinqüentes num mesmo contexto, não fazendo qualquer distinção entre eles. O uso indiscriminado da palavra “menor” caracterizou o “menino pelo que ele não é, pelo que não sabe, pelo que não tem, pelo que não é capaz, pelo que não teve” (COSTA, 1994, p. 87)

Os “menores” brasileiros compunham uma parcela social que, além de ser esquecida, merecia ter sua existência banida, uma vez que estes sofriam com o descaso do Estado e não eram vistos como cidadão da sociedade. Aos “menores”

em geral eram previstos castigos como forma de imposição de limites, educação, religião e obediência aos adultos que o representavam, e estes castigos foram legitimados por séculos na sociedade.

A aprovação do Código de Menores, em 1927, é tida por alguns autores como um marco na história da assistência à infância, na medida em que esta passa a ser um atributo do Estado, muito embora fosse ressaltada a inexistência de fronteira clara entre a assistência estatal, a filantrópica e a caritativa. Por meio de convênios firmados com a beneficência privada, o Estado atuaria no atendimento ao menor. (MARCÍLIO, 1998).

Em 1979, a Lei nº 6.697 aprovou um novo Código de Menores que, da mesma maneira que o Código Mello Mattos, não se dirige a todas as crianças e adolescentes brasileiros, mas àqueles que se encontram em situação irregular. De acordo com esse Código, em seu artigo 2º, o menor é considerado em situação irregular quando está: privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde, instrução obrigatória; em perigo moral; privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; respondendo por prática de ato infracional. (MELLO, 2002)

Na década de 80, o rápido crescimento da pobreza urbana, o fortalecimento da cultura democrática teve por característica uma intensa mobilização da sociedade brasileira que começava concretizar, na prática política, os conceitos de cidadania, de poder local, de participação na administração pública. A sociedade procura organizar-se e, dessa movimentação, emergem grupos de defesa dos direitos da criança e dos adolescentes que, no final da década, se mobilizaram em torno da elaboração de um Estatuto da Criança e do Adolescente, que substituiria o antigo Código de Menores, assim, em julho de 1990, surge o referido Estatuto sancionado pela Lei nº 8.069.

Ao longo dos anos oitenta, o Brasil foi palco de um extraordinário conjunto de transformações no que se refere ao atendimento, à promoção e à defesa dos direitos da criança e do adolescente. O auge desse processo foi sem dúvida a aprovação pelo Congresso Nacional, e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. Uma lei que rompe radicalmente com a tradição brasileira nesta esfera e, além disso, incorporam as concepções e os mecanismos da

Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembléia Geral da ONU, em 20 de novembro de 1989.

Na esfera dos métodos e processos, o ECA introduz dois enfoques de tipo inovador. Na área do trabalho sócio-educativo, substitui as práticas assistencialistas e correccional-repressivas por um ditame de trabalho sócio-educativo emancipador baseado na noção de cidadania. Na área jurídica, a doutrina da situação irregular (antigo Código de Menores) é substituída pela concepção de garantia de direitos, que cria mecanismos jurídicos capazes de assegurar às crianças e aos adolescentes o respeito à sua condição de sujeitos de direitos, pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, com prioridade absoluta. No que diz respeito à gestão, o ECA regulamenta as conquistas do artigo 204 da Constituição Federal, que assegura a participação popular na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais). (DEBORD, 2001)

Nada obstante a mobilização popular e a modificação dos aspectos sócio-jurídico, deve-se perguntar se avança, como pessoas, para aplicar essas novas filosofias de atendimento a crianças e adolescentes. O número de crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal parece indicar que não nos afastamos de sua herança, que ainda os enxerga como “objetos” ao invés de detentores de direitos. Diferentemente do Código de Menores, o ECA se dirige a todas as crianças e adolescentes e incorpora a Doutrina da Proteção Integral das Nações Unidas - o que significa garantir, para todos eles, independentemente de raça, cor, religião ou condição social, a sobrevivência, o desenvolvimento pessoal e social, a integridade física, psicológica e moral e, principalmente, a convivência familiar.

Quando se propõe a refletir sobre o ECA, suas bases teóricas e princípios, mais do que análises e proposições, busca-se criar um espaço de diálogo sobre o que tem sido construído em termos de proteção integral. A concepção da cidadania para crianças e adolescentes, que é a alma do próprio Estatuto e a proposta pedagógica, que é pressuposto básico das medidas de proteção a crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos na família, deve ser tratada como um dos eixos básicos que o compõe. O foco, então, não é apenas o conjunto de normas e regras que disciplinam o assunto, mas a reflexão sobre cidadania e direitos humanos e sua relação com essas medidas. (BECKER, 2003)

O fenômeno da pobreza, da exclusão, apesar de não ser novo em nosso país, agrava-se a cada dia tornando as pessoas cada vez mais miseráveis do que suportariam ser, e é óbvio que nesse processo perverso, uma minoria dominante determina quem são os excluídos: justamente aqueles que os sustentam.

Nesse cenário de injustiça e cheio de complexidades, crianças e adolescentes continuam no caminho doloroso da exclusão. Os meninos e meninas, que fazem das ruas seu lar, são parte de uma cruel forma de exclusão social e representam vidas postas à margem.

“A exclusão começa muito antes de a criança entrar na escola, e até mesmo antes dela nascer” (PAN, 2005).

No que se refere à escolarização das crianças e dos adolescentes empobrecidos, seria impossível negar a importância da educação formal nas diferenças sociais, na exclusão social, que existe desde o início do Brasil colônia, e hoje, com a globalização, perpetua a crueldade. Numa realidade, no mínimo complexa, a escola que inclui é a mesma que exclui, a escola que faz desaparecer o sonho é a mesma que ainda se constitui como palco de esperança e de espera para os excluídos. (CORSO, 1997)

Passado mais de um século de escravidão, carregam-se ainda as seqüelas que ficaram de sua desumanidade, que se manifestam por meio da discriminação racial, do desemprego, da injustiça e da criança e dos adolescentes negros e pobres, que deveriam estar na escola e encontram-se na rua, representando ora com resistência, ora com resiliência o papel de não cidadão, de inexistentes para as agendas de políticas sociais.

Uma política de atendimento baseada na exclusão, na ideologia silenciosa que nega às massas populares, aos desvalidos socialmente uma educação inclusiva, contribui assim, para a chegada e permanência das crianças e adolescentes nas ruas.

A rua não pode mais continuar sendo uma instituição para excluídos, alicerçada pela negação da cidadania. Esta fase precisa ser ultrapassada, e só o será com a participação efetiva da escola, quando esta enxergar o menino e a menina que estão nas ruas como alunos que precisam retornar à escola.

A exclusão social a que é submetida a população menos favorecida hoje tende a ser violenta. “E esta violência vai constituir certa subjetividade, uma determinada forma de o sujeito representar-se, de construir sua auto-imagem”. A

marca da socialização pela violência é percebível pela baixa auto-estima dos sujeitos que a vivenciaram. Daí a importância de ações para inclusão social no sentido de “interromper o ciclo da violência” (GUERRA, 2002).

Nesse contexto, a “educação assume um papel preponderante, na medida em que a inclusão social depende da inserção do indivíduo no mundo do trabalho e essa, por sua vez, dá-se mediante a progressiva capacitação. (PAN,2005)

3.4 A DELINQUÊNCIA JUVENIL

Para que se possa aprofundar nos fatores que geram a delinquência infanto-juvenil, mister se faz definir a diferença existente entre menores carentes, menores abandonados e menores infratores para, em seguida, visualizar a ligação existente entre estas três classes de menores.

Os menores carentes são aqueles cujos pais ou responsáveis não possuem as condições para atender as suas necessidades básicas como: habitação, alimentação, transporte, saúde, lazer, segurança, higiene etc. Infelizmente é a situação da grande parte de nossa população.

Já os menores abandonados são aqueles que não possuem pais ou responsáveis para o atendimento de suas necessidades básicas; entre os menores abandonados podemos incluir os expostos, os rejeitados pela família, os órfãos e sem parentes que os amparem e os protejam. São jovens em situações irregulares que necessitam da proteção e providências por parte da autoridade judiciária competente para a colocação em família substituta, mediante guarda, tutela ou adoção. (BRITO, 2000)

Quanto aos menores infratores, como já definido anteriormente, são aqueles que estão em conflito com a lei, ou seja, são os que praticam atos infracionais.

Estima-se que hoje no Brasil exista cerca de 42 (quarenta e dois) milhões de menores carentes, abandonados e infratores, um número que aumenta a cada dia; é cada vez maior o número de menores marginalizados e de menores delinquentes.

Como já visto, não está na redução da maioridade penal a solução para a diminuição da delinquência infanto-juvenil; viu-se, também, no capítulo anterior, que o Estatuto da Criança e do Adolescente é um instrumento de grande eficácia na ressocialização do menor infrator, mas, o que se está mais acostumado a ver na televisão e nas ruas é um número enorme de menores em situação de total

abandono, seja cheirando cola de sapateiro, pedindo esmolas em sinal, ou dando “lances” nas bolsas das pessoas distraídas.

Então, onde está a causa do problema que tanto preocupa o país? O que faz com que um país como o Brasil, que possui uma das mais evoluídas legislações do menor no mundo, tenha um crescente aumento na delinquência infanto-juvenil? A resposta é clara, está na nossa frente, em todos os momentos do dia-a-dia, basta ligar a televisão ou ir ao supermercado; a causa do problema da juventude violenta está na situação social em que vivem estes jovens: falta de estrutura familiar, educacional, ambiental, econômica. Não adianta apenas ter uma legislação avançada, tampouco reduzir a maioria penal ou colocar os infratores em prisões. A solução está na melhora de toda uma estrutura social do país, a começar de dentro das próprias casas. (BRITO, 2000)

3.4.1 Fatores gerais que contribuem para a delinquência infanto-juvenil

Como já visto, a delinquência infanto-juvenil tem a sua causa eficiente na situação social, é um fenômeno social que inclui a indigência alimentar, cultural, escolar, moral, de sanidade, constitucional, mental ou psíquica, higiênica, organizacional etc.

Esses fatores têm repercussões ou reflexos em outros muitos fatores. Vive-se em um mundo de antagonismos e contradições, ainda sem definições e sem rumos traduzidos por dilemas universais. De um lado mora a riqueza, as mordomias, a abundância; de outro, a miséria, a fome, a escassez. De um lado a ideologia, o poder; do outro, reflexos da degradação e da decadência moral.

Tem havido profundas transformações sociais, obrigando a mulher a participar ativamente do mercado de trabalho, retirando-se do lar, onde exerceu durante séculos a missão de educadora natural dos filhos. Nesse ínterim, a sociedade se estratifica com uma gigantesca massa marginalizada e, no meio dela, está o menor. (BRITO, 2000)

Não há como confundir evolução com bem-estar social. O Brasil pode ter chegado à oitava potência do mundo em economia, mas está regredindo em relação à grande massa social, cada vez mais pobre, com a família cada vez mais deteriorada, com migrações a incharem os grandes centros e a formar “bolsões e cinturões de miséria”. A falta de educação de grande parte da população de todo o

país, um nível de educação e de formação moral cada vez mais decadente, tudo isso reflete no complexo mundo da criminalidade, da violência e de todas as misérias humanas e sociais, recaindo a carga no menor, que se marginaliza e já tem destino certo: a delinqüência. (SOUZA, 2008)

Adiante serão vistos os fatores sociais que mais contribuem à crescente delinqüência infanto-juvenil:

a) Fatores Sócio-Familiares

A causa mais próxima a condicionar a marginalização do menor é, sem dúvida, a falta, a desagregação, a deterioração ou o desajustamento da família. A falta de pais é o primeiro dos fatores sócio-familiares que predispõem ao crime. A família exerce um papel importante e decisivo na formação da personalidade; desta forma, a desintegração da família, a ausência da unidade familiar, a situação familiar conflitiva, são fatores sintomáticos da etiologia de grande parte da criminalidade, isto é, são fatores suscetíveis de fundar o prognóstico criminológico. Ou seja, os menores sem família de hoje são os criminosos, também sem família de amanhã.

Muitos dizem que a família é uma instituição falida, sem crédito, deve ser por isso que a criminalidade e o número de crianças e adolescente envolvidas com o crime só aumentam. (BRITO, 2000)

b) Fatores Sócio-Econômicos

Grande parte dos sociólogos do Brasil diz que está na miséria a origem de todos os males e a causa imediata da delinqüência infanto-juvenil.

No Brasil, um quarto de nossa população assalariada ganha menos de um salário mínimo, e metade desse contingente assalariado ganha entre um e dois salários mínimos. Significa que mais de 70% (setenta por cento) da população assalariada ganha menos de dois salários mínimos, isto é, vivem na miséria. Os filhos desses assalariados são crianças ou jovens que vivem em situação de alto risco, tanto em matéria de saúde física e mental como em matéria de capacitação para a delinqüência. (BECKER, 2003)

O atestado mais evidente de que o fator econômico predispõe para o crime, com especial destaque a crimes contra o patrimônio, verifica-se no elevadíssimo índice de furto, em que, em muitos estados, a maioria dos furtos é praticada por menores em situação de vulnerabilidade social.

c) Fatores Sócio-Ético-Pedagógicos

Nos fatores sócio-ético-pedagógicos estão incluídas a falta de educação, falta de formação moral e a ignorância. Há milhões de menores fora das escolas no Brasil.

A falta de educação diz respeito à formação escolar, ao grau de instrução, ao tempo em que a pessoa estudou. Já a falta de formação moral está relacionada à formação que a pessoa recebeu na sua família, na igreja e também na escola; é o discernimento quanto ao que é ético e moral.

A ignorância, por sua vez, está relacionada à falta de representação da realidade. O ignorante não vê, não percebe os horizontes do conhecimento e aí se adquire a potencialidade criminal; ele não percebe a verdadeira extensão do mal e da nocividade que seus atos representem, por isso, ele não tem senso de reprovabilidade desses seus atos.

A esmagadora maioria da população delinqüente, seja de menores ou não, é analfabeta e de instrução rudimentar, fator que mostra a fundamental importância de uma educação de qualidade e acessível a todos.

A educação abre, portanto, os horizontes para os conhecimentos e para a realidade das ciências e das coisas. Ela deve ir além da escolaridade, abrangendo a profissionalização, a sociabilização, a disciplina em relação às normas e padrões sociais, às noções de higiene e asseio etc., a fim de que possa integrar o ser humano plenamente à comunhão social. (BRITO, 2000)

d) Fatores Sócio-Ambientais

O mundo está chegando a um nível tal de concentração humana, que torna difícil a manutenção de uma convivência interpessoal e internacional harmônica.

O aumento da população mundial é muito rápido, exacerbam-se muito as desigualdades de renda, com a concentração das riquezas nas mãos de poucos e a disseminação e intensificação da miséria; os latifúndios aproveitam-se do poder econômico para hostilizar e explorar o trabalhador rural que, tangido pelas pressões, injustiças e indignidade, migra para os centros urbanos.

Em todo esse contexto de pobreza, exploração, imigração, há menores expostos, impelidos a trabalhar prematuramente, a mendigar, a furtar; há menores vítimas da indução, do contágio, da imitação tendendo à degradação de seu caráter; há menores vítimas de maus-tratos e de exploração de marginais; há menores

foragidos do lar ou de instituições; há menores vendendo “bugigangas”, cheirando cola ou fazendo uso de outras drogas, sendo usados por marginais para os mais diversos atos anti-sociais ou praticando atos criminosos. Há menores tão perigosos quanto os adultos.

Ao analisar todos estes fatores sociais, econômicos, ambientais, pedagógicos, fica clarividente que a causa do menor brasileiro está cada vez mais envolvido com a delinqüência, assim como os adultos e todo o contingente envolvido com a criminalidade, está concentrada em todos esses problemas sociais que geram outro: o da segurança pública. (BRITO, 2000)

3.5 TRANSTORNOS DE CONDUTA

O tratamento de problemas relativos às dificuldades sociais, especialmente os de interação, não tem ocupado um lugar de destaque na literatura americana. Há evidências de que um relacionamento social positivo, especialmente com os pares, é fundamental, como também é requisito para a saúde mental e sucesso educacional. Em contrapartida, os relacionamentos negativos com os pares, pais e outros são relacionados com resultados negativos no início da adolescência e idade adulta, inclusive ao uso de drogas, álcool e violência. (DEBORD, 2001)

Trabalhos de caracterização de clientela de serviços de atendimento psicológico em clínicas-escola mostram que a maioria das crianças encaminhadas tem entre 6 e 10 anos de idade, são de sexo masculino e as queixas predominantes são de mau desempenho acadêmico, agressividade e rejeição pelos colegas. Essas crianças, em geral, são encaminhadas a esses serviços por professores ou algum agente escolar.

Pais, em geral, procuram atendimento psicológico para seus filhos, quando estes não obedecem a suas instruções ou tornam-se mais agressivos. Dificilmente procuram ajuda por estes apresentarem-se incompetentes socialmente. Cerca de 6 a 11% das crianças que estão cursando o ensino elementar, entre a terceira e sexta séries, não têm um único amigo em suas classes.

Estudos sensíveis têm identificado a presença de marcadores para a conduta anti-social e têm sugerido que as crianças que são de alto risco podem ser identificadas nos anos de escola elementar, por suas reações adversas ao ambiente

e por seu comportamento agressivo, os quais predizem distúrbios de conduta no futuro.

O estado de saúde mental de um adolescente pode ser concebido como constituinte de uma série de sintomas, comportamentos e disposições que juntos registram dificuldades emocionais, deteriorações cognitivas e doenças de raciocínio.

Os transtornos geralmente diagnosticados pela primeira vez na infância e na adolescência, tais como, transtornos do comportamento disruptivo e transtorno de conduta, caracterizam-se como um padrão de comportamento persistente. Neste padrão são violados os direitos básicos dos outros e as principais regras ou normas da sociedade, apropriadas para a idade da criança, são transgredidas. (BECKER, 2003)

Para se diagnosticar o transtorno de conduta é necessária a presença do comportamento perturbado por pelo menos seis meses. Os critérios de gravidade deste transtorno são: Leve – poucos problemas de conduta, os quais causam pequenos danos aos outros; Moderado – presença de alguns problemas de conduta que causam danos aos outros; Grave – presença de muitos problemas de conduta que podem causar danos consideráveis aos outros, tais como: vandalismo, ausência prolongada de casa, lesões corporais às vítimas, roubos e brigas. (BRITO, 2000)

As denominações comportamento agressivo e comportamento delinqüente têm sido utilizadas com bastante freqüência como sinônima. Na verdade, muitos comportamentos podem ser agressivos e delinqüentes ao mesmo tempo. Entretanto, a ausência de diferenciação ente ambos pode dificultar a compreensão e a prevenção de comportamentos claramente delinqüentes e, portanto, de maior risco para o adolescente e para as pessoas que o cercam.

4 O PROGRAMA ADOLESCÊNCIA CIDADÃ

Adolescência Cidadã constitui-se em um Programa Social desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Araucária com a participação da Polícia Militar.

Este programa teve início em fevereiro de 2007 e a cada ano beneficia 120 adolescentes com idades entre 15 e 18 anos, moradores de Araucária, que se encontram vulnerabilizados economicamente.

É um Programa de preparação do jovem para atuar intergeracionalmente e evoluir para o desenvolvimento pessoal e comunitário, exercendo assim seu papel de protagonista juvenil.

Denominam-se ações de Protagonismo Juvenil, aquelas as quais permitem aos jovens conscientizar-se do seu poder de transformação, estimulando a participação e mobilização social e para tanto trabalha com a perspectiva de prepará-los para atuar em suas comunidades no apoio às áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.

Desta forma, o **Programa Adolescência Cidadã** constitui-se em um espaço educativo de aprendizado para adolescentes nos horários de contraturno escolar. A grade curricular proposta para o atendimento está dividida em dois EIXOS TEMÁTICOS, que nortearam todo o trabalho pedagógico.

No **primeiro EIXO TEMÁTICO** com duração de seis meses estão inclusos: capacitação pessoal e social, curso de informática, esporte e cidadania. No **segundo EIXO TEMÁTICO** que também tem duração de seis meses, acontece a preparação do projeto de atuação na comunidade e o desenvolvimento deste projeto.

O Programa Adolescência Cidadã tem duração de 12 meses, sendo que neste período o adolescente recebe uma bolsa auxílio de R\$ 100,00 (cem reais) por mês, e em contrapartida deve comprometer-se com sua escolarização, seja no regresso, permanência e/ou sucesso escolar, recebendo apoio dos orientadores para este fim.

Com a oportunidade de participar deste Programa, o adolescente recebe a oportunidade de optar por caminhos contrários ao envolvimento com gangues ou os caminhos da drogadição, pois poderá contar com um espaço que permite a conscientização de seu poder de transformação.

Toda a perspectiva do trabalho está pautada no tripé família/escola/comunidade, pois a ação educativa não terá êxito se não houver a participação e interferência na vida familiar e comunitária.

A proposta de trabalho com os adolescentes precisa ser atrativa e dinâmica voltada sempre para os interesses dos jovens e principalmente ser construída no coletivamente.

Pela característica da faixa etária ser imediatista por mais qualificado que o Educador Social seja e por mais dinâmica que a proposta curricular se apresente, os jovens acabam evadindo-se dos programas sociais, pois buscam alternativas de renda e nesta busca muitas vezes são empurrados para o trabalho informal e em conseqüência abandonam seus estudos, perpetuando o ciclo de pobreza em que suas famílias se encontram, pois estes trabalhos informais não lhes são suficientes para manter com dignidade o sustento da família que no futuro constituirão. Sem contar que o trabalho desqualificado além de devorador do futuro, compromete seu desenvolvimento físico e comunitário.

Como o **Programa Adolescência Cidadã** oferece a bolsa auxílio, esta característica está superada e complementada, pois além dessa bolsa, recebem complementação alimentar, apoio e incentivo aos estudos, participam de atividades de reconhecimento dos equipamentos comunitários, exercitam seu poder de atuação, enfim possibilita que sejam adolescentes.

Na perspectiva de que são necessárias varias forças e um intenso trabalho coletivo é que o **Programa Adolescência Cidadã** mobiliza estrutura municipal, principalmente à área da Assistência Social em conjunto com as forças de segurança como a Polícia Militar, o Centro de Medidas Sócioeducativas e o conselho Tutelar, acreditando que juntos será construído um novo padrão de desenvolvimento, sem exclusão social e em conseqüência uma sociedade mais justa.

O **Programa Adolescência Cidadã** tem caráter transformador e dinâmico, estando fundamentado na crença de que o jovem é peça-chave de uma ação capaz de contribuir para o fortalecimento de uma política de assistência social para a juventude, rompendo como o ciclo de dependência e exclusão social ao qual muitas famílias estão submetidas.

4.1 OBJETIVO DO PROGRAMA ADOLESCENCIA CIDADÃ

O principal objetivo do Programa Adolescência Cidadã é o de oportunizar atenção integral a adolescentes nos horários de contraturno escolar, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, o que contribui para o exercício da cidadania, tornando-os protagonistas de sua história e da vida em comunidade.

Para tanto, busca prepará-los para atuar de modo cooperativo, fortalecendo sua auto-estima e propiciando o fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e sociais.

Prevendo a superação da situação de vulnerabilidade em que se encontra o adolescente, o Programa Adolescência Cidadã investe na garantia do ingresso e permanência no sistema de ensino, resgatando o gosto por aprender e ampliando seu universo cultural. Fatores estes que contribuirão para a diminuição dos índices de violência, uso de drogas e a inclusão ao mercado de trabalho.

4.2 PÚBLICO BENEFICIADO PELO PROGRAMA ADOLESCÊNCIA CIDADÃ

- ✓ Jovens com idade entre 15 e 18 anos, moradores do Município de Araucária, que se enquadram em uma ou mais situações seguintes:
- ✓ Que, prioritariamente, estejam fora da escola, mas que se comprometem com retorno às unidades escolares;
- ✓ Que participem ou tenham participado de outros programas sociais (medida que dá cobertura aos adolescentes e jovens oriundos dos Programas Sociais desenvolvidos pela prefeitura Municipal de Araucária);
- ✓ Encaminhados pelo Conselho Tutelar ou Delegacia do Adolescente.
- ✓ Que estejam em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social;
- ✓ Que sejam egressos ou que estejam sob medida protetiva ou socioeducativa.

4.3 METODOLOGIA DE AÇÃO

Entende-se aprendizado como “processo pelo qual o indivíduo adquire informações (habilidades, atitudes, valores, etc...) a partir de seu contato com a realidade, com o meio ambiente e com outras pessoas...” Marta Koel de Oliveira 1995:57; e é neste sentido que o espaço do **Programa Adolescência Cidadã** é um

espaço educativo de construção de conhecimento entre jovens, levando-os à reflexão sobre as suas vidas, preparando-os para atuarem junto às suas próprias comunidades na área social de modo intergeracional.

Utiliza-se de metodologia que busca aproximar a teoria da prática mediante a participação do Educador e dos Jovens em ações dinâmicas fundamentadas na própria construção do processo de ensinar e aprender, de forma criativa, considerando a realidade de vida do jovem, resgatando conhecimentos e vivências de grupo.

O atendimento é distribuído em dois núcleos, que seguem o marco conceitual de EIXO TEMÁTICO 1 e EIXO TEMÁTICO 2, com duração de 6 meses cada, acontecendo 3 vezes na semana com carga horária de 4 horas diárias.

4.3.1 Eixo Temático 1

Durante este período os jovens participam de oficinas sob a mediação de educadores Sociais, a qual possibilita:

- Apresentação do detalhamento do programa;
- Utilização de técnicas como de dinâmica de grupo e outras formas de autoconhecimento que levem o jovem a estabelecer cortes de intenções, percebendo seu valor na sociedade;
- Desenvolver ética e valores em sua vida cotidiana;
- Conscientizar-se da importância de seu protagonismo;
- Reconhecimento dos equipamentos sociais existentes em sua comunidade;
- Reconhecimento de seu potencial humano, bem como suas preferências;
- Formação de grupos para apoio escolar;

Como atividades complementares são oferecidas atividades de esporte ministrado por professores de educação física disponibilizados pela Secretaria Municipal de Esportes, realizam curso de informática básica por meio de parceria firmada com a Secretaria Municipal de Trabalho e aulas de cidadania que são orientadas por policias militares.

4.3.2 Eixo Temático 2

Concluída a etapa de capacitação do EIXO 1, terá início a segunda etapa, que consiste na atuação direta do adolescente em sua comunidade, sendo orientado e acompanhado diretamente pelo Educador Social do Programa. Seguirá criterioso planejamento para execução da ação.

Esta etapa está subdividida em dois momentos:

✓ **Preparação do projeto de atuação na comunidade:** sob a orientação do orientador social; os adolescentes construirão seu projeto de atuação de acordo com seu interesse e habilidade.

✓ **Atuação na comunidade:** Com a supervisão do orientador social os adolescentes desenvolvem seu projeto junto ao equipamento social (Centro de Saúde, Casa da Criança, CMEI, Escola, Serviço Social) escolhido durante duas vezes na semana, e uma vez estará avaliada sua atuação, fazendo os ajustes junto ao orientador.

Ao concluir os dois eixos temáticos, encerra sua participação sendo o jovem, então, encaminhado pela coordenadora do Programa a outros programas municipais como de geração de renda ou cursos profissionalizantes de forma a continuar o monitoramento de sua atuação na comunidade.

5 METODOLOGIA

Adotou-se neste trabalho monográfico a linha de pesquisa exploratória descritiva, já que se entende que o assunto a ser abordado tenha pouco ou quase nenhum estudo anterior a seu respeito.

Durante o decorrer do presente trabalho foi realizado um estudo de caso sobre o programa "Adolescente Cidadão", afim de buscar por meio da coleta e análise de dados quali/quantitativos junto a adolescentes e educadores, que foram avaliados de forma criteriosa os serviços prestados e a proposição de ações de prevenção dos adolescentes em relação à violência. Para tanto, utilizou-se o método dedutivo, o que de acordo com Marconi; Lakatos (2001, p. 106), é o método de abordagem que: "partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares (conexão descendente)".

5.1 COLETA DE DADOS

Foram consultados diversos autores, versando sobre o tema, com leitura, reflexão e análise. Ao mesmo tempo a pesquisa bibliográfica possibilitou explorar diversas literaturas sobre o assunto. Gil (2002, p. 44) relata que: "A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos."

O método de procedimento utilizado no presente trabalho monográfico, na busca mais concreta da investigação, foi o estudo de caso por meio de método estatístico.

A técnica empregada para tal fim foi o da observação direta extensiva, mediante a aplicação de questionário, com nove perguntas estruturadas e duas abertas, para os adolescentes que participam ou participaram do programa, e seis perguntas estruturadas e três abertas, destinadas aos educadores pertencentes ao programa, as quais propiciaram dados necessários para a real compreensão do assunto abordado.

5.2 AMOSTRA

De modo a alcançar os objetivos da presente monografia, utilizou-se uma amostra selecionada de aproximadamente 100 adolescentes, que foram ou que

estão sendo atendidos pelo programa social "Adolescência Cidadã", jovens estes que já estiveram expostos a situações de violência; este montante corresponde a 33% da população composta por adolescentes que participa do programa e 100% dos educadores do projeto, visando principalmente à detecção sobre mudanças de comportamento nos jovens após vivência no programa.

5.3 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE

Após a realização da pesquisa, os dados coletados foram organizados de acordo com a especificidade do tema e público participante, de forma a tabular a % de incidência dos fatos entre as respostas.

De posse destes dados, organizados por tema, foi realizada a análise comparativa entre a eficácia e a eficiência do Programa em relação à mudança de comportamento dos jovens e a percepção o que os envolvidos têm sobre esta situação.

O resultado desta análise está representado por gráficos, sendo possível assim visualizar em qual medida o programa tem influência na mudança de comportamento, tanto no ponto de vista do adolescente quanto de seu educador.

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste item, os dados coletados foram analisados, procurando verificar se o programa é eficiente e contribui na diminuição do envolvimento dos jovens atendidos em situações de criminalidade e violência.

6.1 RESULTADOS OBTIDOS

O questionário é aplicado aos educadores e adolescentes atendidos pelo projeto Programa Municipal "Adolescência Cidadã" em Araucária- Pr, com questões pontuais sobre a educação e retorno escolar no contexto atual. Este questionário, segundo, CERVO (2002, p.48), é a forma mais utilizada para coletar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja.

RESULTADOS – ADOLESCENTES ATENDIDOS NO PROGRAMA MUNICIPAL ADOLESCÊNCIA CIDADÃ

1) Questão: Número de reprovações que já teve na escola:

<i>Número de Reprovações Escolares</i>	
Uma Reprovação	11
Duas Reprovações	20
Três Reprovações	04
Mais de Três Reprovações	06
Não responderam	09
Total	50

TABELA 1 – NÚMERO DE REPROVAÇÕES ESCOLARES

Fonte: Pesquisa de Campo 2009.

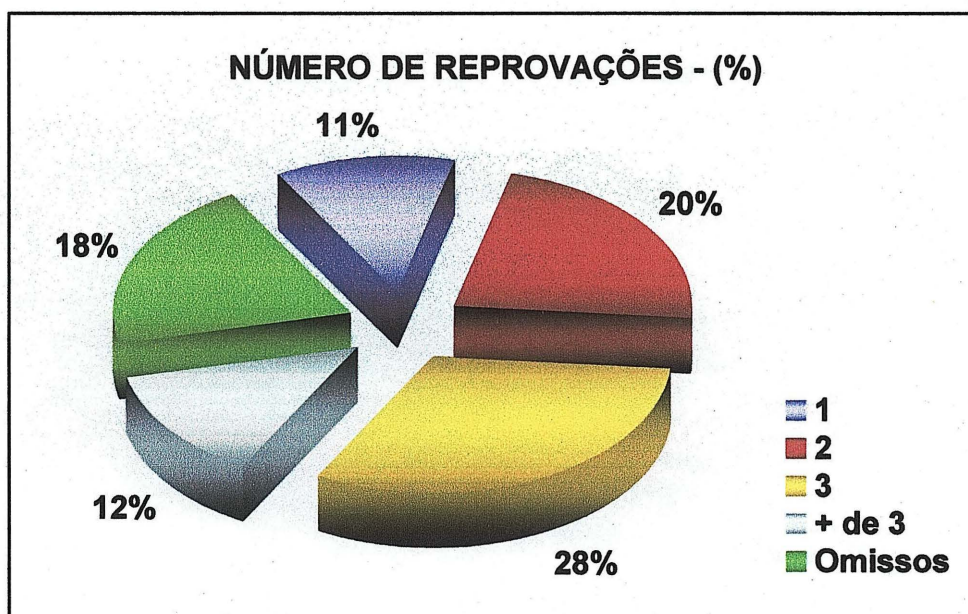


GRÁFICO 1 – NÚMERO DE REPROVAÇÕES ESCOLARES (%)

Fonte: Pesquisa de Campo 2009.

Constatou-se pela análise dos dados coletados, que entre os adolescentes entrevistados, um total de 11 deles representando 22% da amostra, já reprovou ao menos uma vez o ano escolar, sendo que 20 reprovaram duas vezes (40%), 04 reprovaram de ano três vezes (08%), 06 reprovaram mais de três vezes (12%) e 09 entrevistados, correspondendo a 18% não responderam à questão da pesquisa.

2) Questão: Já abandonou a escola alguma vez?

<i>Abandono Escolar</i>	
Já abandonou a Escola	37
Nunca abandonou a Escola	13
Total	50

TABELA 2 – ABANDONO ESCOLAR
Fonte: Pesquisa de Campo 2009.



GRÁFICO 2 – ABANDONO ESCOLAR (%)
Fonte: Pesquisa de Campo 2009.

Constatou-se pela análise dos dados coletados, que entre os entrevistados, um total de 37 adolescentes representando 74% da amostra, nunca abandonou a escola, sendo que 13 informaram ter abandonado os estudos, correspondendo a 26% do total dos entrevistados.

3) Questão: Quando não ia a escola, como ocupava seu tempo?

<i>Tempo Ocioso Fora da Escola</i>	
Com os amigos na rua	16
Trabalhando	29
Dormindo	01
Outras ocupações	04
Total	50

TABELA 3 – TEMPO OCIOSO FORA DA ESCOLA
Fonte: Pesquisa de Campo 2009.

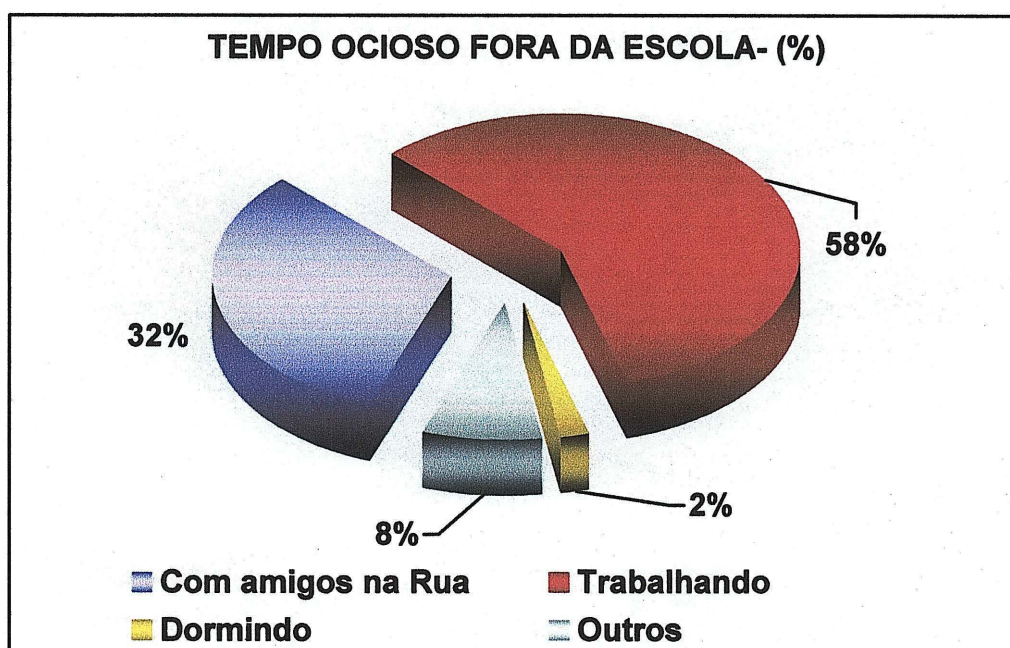


GRÁFICO 3 – TEMPO OCIOSO FORA DA ESCOLA (%)
Fonte: Pesquisa de Campo 2009.

Constatou-se pela análise dos dados coletados, que o tempo ocioso da maioria dos jovens entrevistados em um total de 29 ou 58% da amostra se dá trabalhando, seguido pela permanência na rua com os amigos 16 adolescentes, ou seja, 32% da amostra; ocupando o tempo ocioso dormindo apenas 01 adolescente, o que corresponde a 2%, e com outras atividades 04 jovens, correspondendo a 8% da amostra.

4) Questão: Já sofreu maus-tratos por parte de seus familiares?

<i>Maus-Tratos Sofridos</i>	
Sim	14
Não	30
Não Respondeu	06
Total	50

TABELA 4 – MAUS-TRATOS SOFRIDOS

Fonte: Pesquisa de Campo 2009.

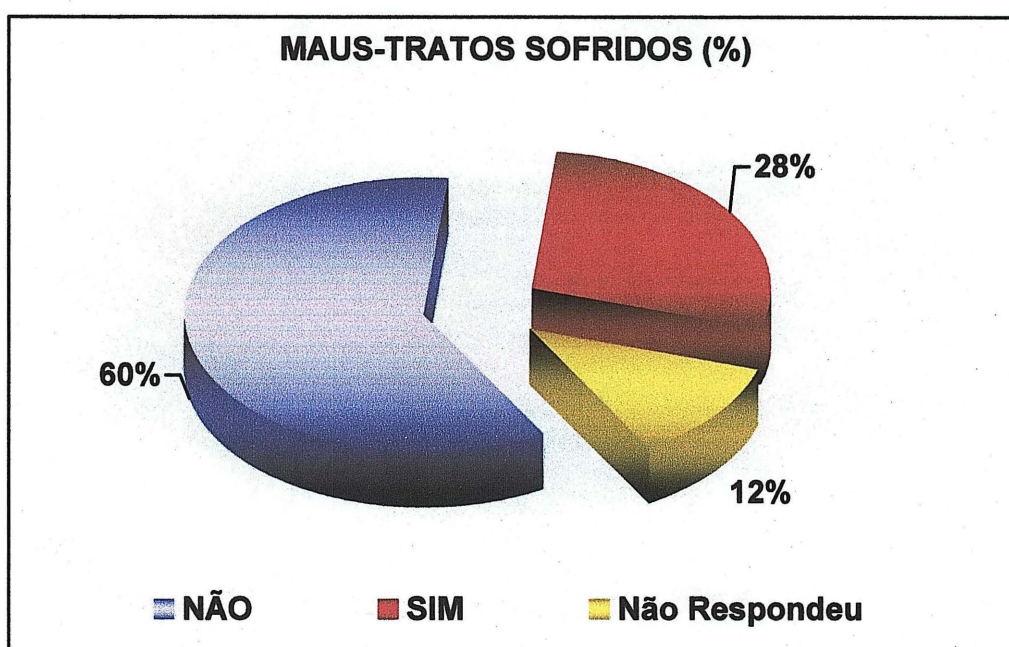


GRÁFICO 4 – MAUS-TRATOS SOFRIDOS (%)

Fonte: Pesquisa de Campo 2009.

Dos adolescentes entrevistados, 30 deles informaram não terem sofrido maus-tratos, ou seja, 60% da amostra. Um total de 14 adolescentes informaram positivamente sobre o assunto, correspondendo a 28%, e um total de 06 adolescentes, totalizando 12% não responderam à questão.

5) Questão: Em que medida participar do programa significou seu retorno à escola?

<i>Programa x Retorno Escolar</i>	
Muito	28
Pouco	18
Não contribui	04
Total	50

TABELA 5 – PROGRAMA X RETORNO ESCOLAR

Fonte: Pesquisa de Campo 2009.

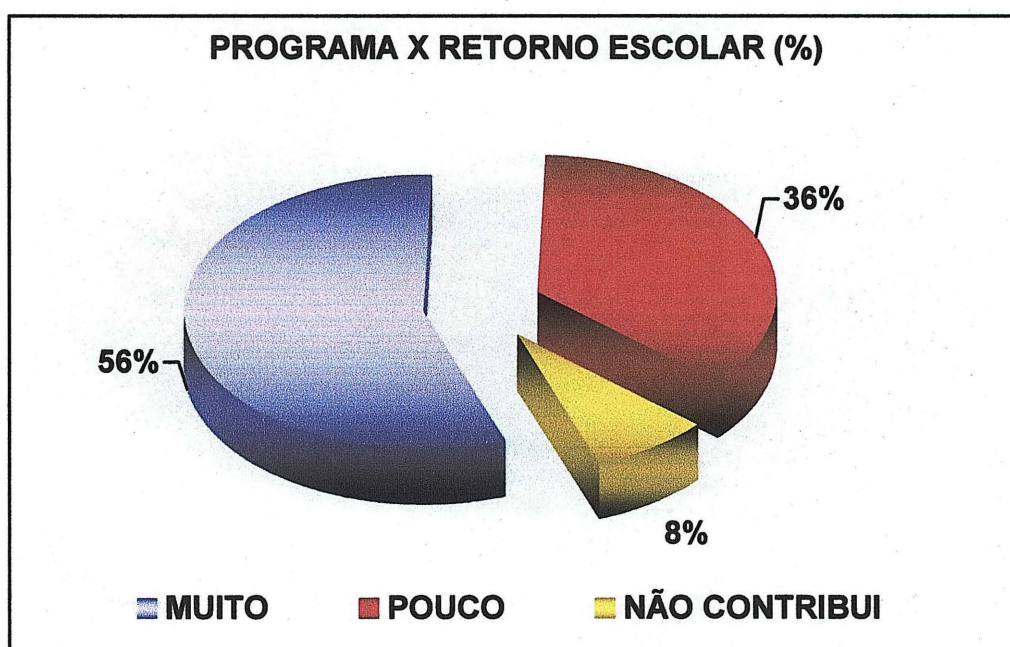


GRÁFICO 5 – PROGRAMA X RETORNO ESCOLAR (%)

Fonte: Pesquisa de Campo 2009.

Segundo os adolescentes participantes da pesquisa de campo, a grande maioria acredita que sua participação no programa foi um fator que contribuiu positivamente para o retorno à escola. Um total de 28 entrevistados, correspondendo a 56% da amostra respondeu que o programa contribuiu muito para esta atitude, sendo que 18 adolescentes responderam que contribuiu pouco (36%) e apenas 04 adolescentes responderam que não contribuiu como incentivo para o retorno escolar (8%).

6) Questão: Você se sente bem tendo alguém como a educadora do programa acompanhando a sua frequência escolar?

<i>Programa x Retorno Escolar</i>	
Muito	35
Pouco	13
Indiferente	02
Total	50

TABELA 6 – CONTROLE DE FREQUÊNCIA ESCOLAR (%)

Fonte: Pesquisa de Campo 2009.

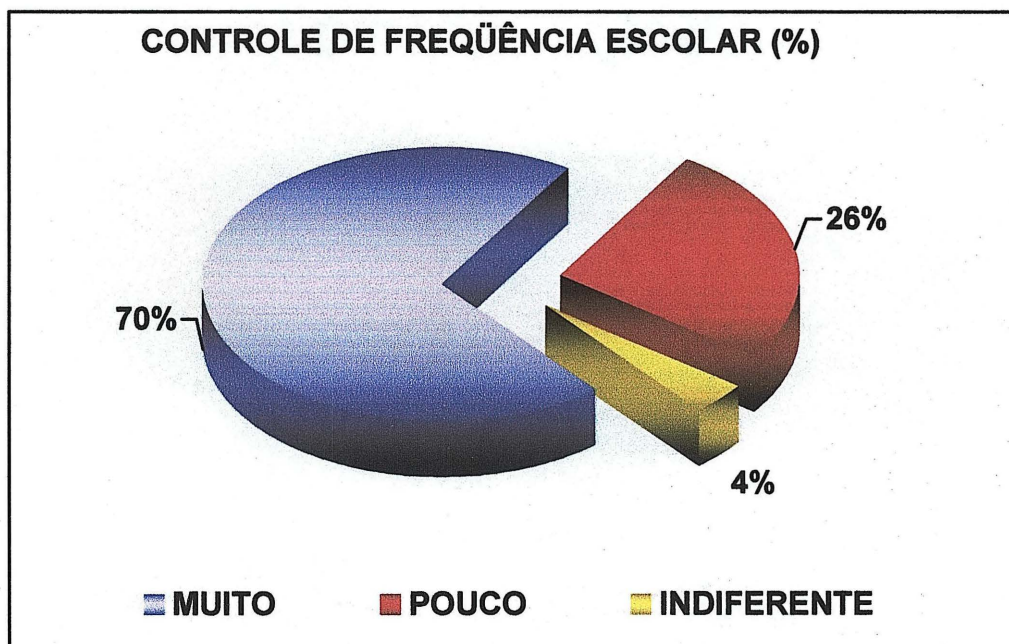


GRÁFICO 6 – CONTROLE DE FREQUÊNCIA ESCOLAR (%)

Fonte: Pesquisa de Campo 2009.

Segundo os dados da pesquisa de campo, 35 entrevistados (70%) sentem-se bem com o acompanhamento da educadora na sua frequência escolar, sendo que 13 adolescentes (26%) apontam como de pouca relevância tal atitude e apenas 02 entrevistados (4%) acreditam ser o acompanhamento indiferente no processo escolar.

7) Questão: Já se envolveu em alguma ocorrência de natureza policial?

<i>Envolvimento em Ocorrência PM</i>	
Sim	31
Não	13
Não informaram	06
Total	50

TABELA 7 – ENVOLVIMENTO EM OCORRÊNCIA PM (%)

Fonte: Pesquisa de Campo 2009.

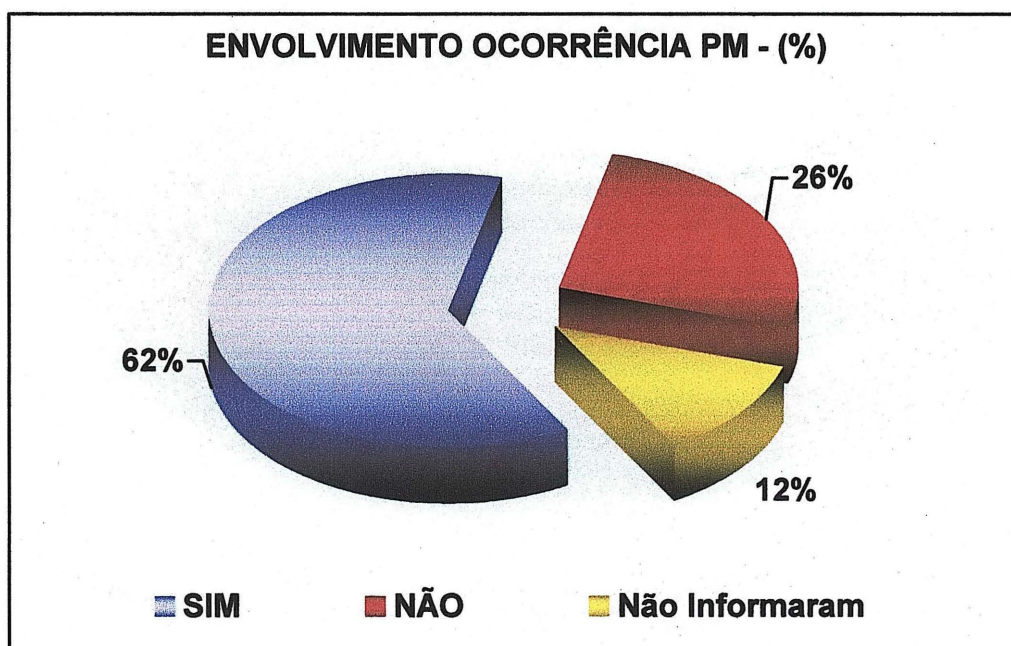


GRÁFICO 7 – ENVOLVIMENTO EM OCORRÊNCIA PM (%)

Fonte: Pesquisa de Campo 2009.

Dos adolescentes entrevistados, 31 (62%) já tiveram seus nomes envolvidos em ocorrências policiais, sendo que 13 jovens (26%) informaram não terem se envolvido em ocorrências policiais militares e 06 (12%) deixaram de informar.

RESULTADOS – PROFESSORES DO PROGRAMA MUNICIPAL ADOLESCENTE CIDADÃO

Respostas obtidas de sete professores participantes do programa:

- 1) Questão: Você, como educador do Programa, consegue visualizar melhora de comportamento entre a 1ª semana em que o adolescente participa do programa e depois de 06 (seis) meses?



GRÁFICO 8 – MELHORA COMPORTAMENTAL

Fonte: Pesquisa de Campo 2009.

Todos os educadores notaram a melhora comportamental ocorrida entre os adolescentes que participam do programa, entre a primeira semana e depois de seis meses de frequência e citam que a mudança é apenas para melhor.

2) Questão: Qual o grau de envolvimento da maioria dos pais dos adolescentes atendidos pelo Programa?

<i>Envolvimento dos Pais</i>	
Muito envolvidos	06
Pouco envolvidos	01
Não se interessam	00
Total	07

TABELA 8 – ENVOLVIMENTO DOS PAIS
Fonte: Pesquisa de Campo 2009.

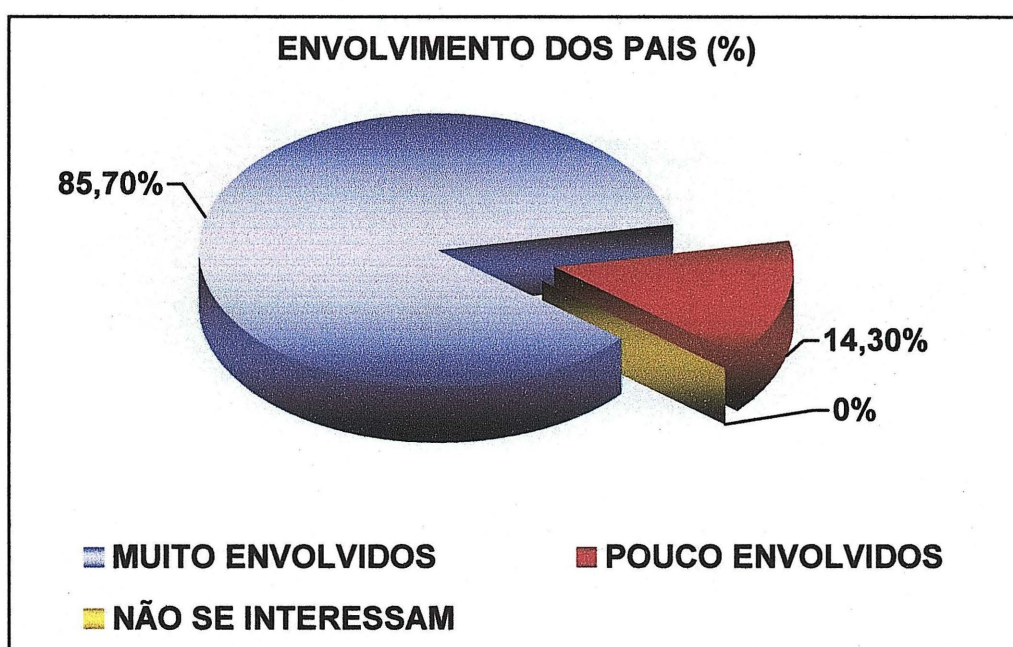


GRÁFICO 9 – ENVOLVIMENTO DOS PAIS (%)
Fonte: Pesquisa de Campo 2009.

Dos educadores entrevistados, seis (85,70%) citam que os pais dos adolescentes pertencentes ao Programa mostram-se envolvidos com os objetivos propostos. Apenas um (14,30%) acusa a participação dos pais como sendo pouco envolvidos, não havendo na opinião dos educadores nenhum caso em que os pais não se interessam.

3) Questão: Já teve problemas com o comportamento agressivo dos adolescentes atendidos pelo Programa?

<i>Problemas de Comportamento Agressivo</i>	
Sim	02
Não	05
Total	07

TABELA 9 – PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO AGRESSIVO

Fonte: Pesquisa de Campo 2009.

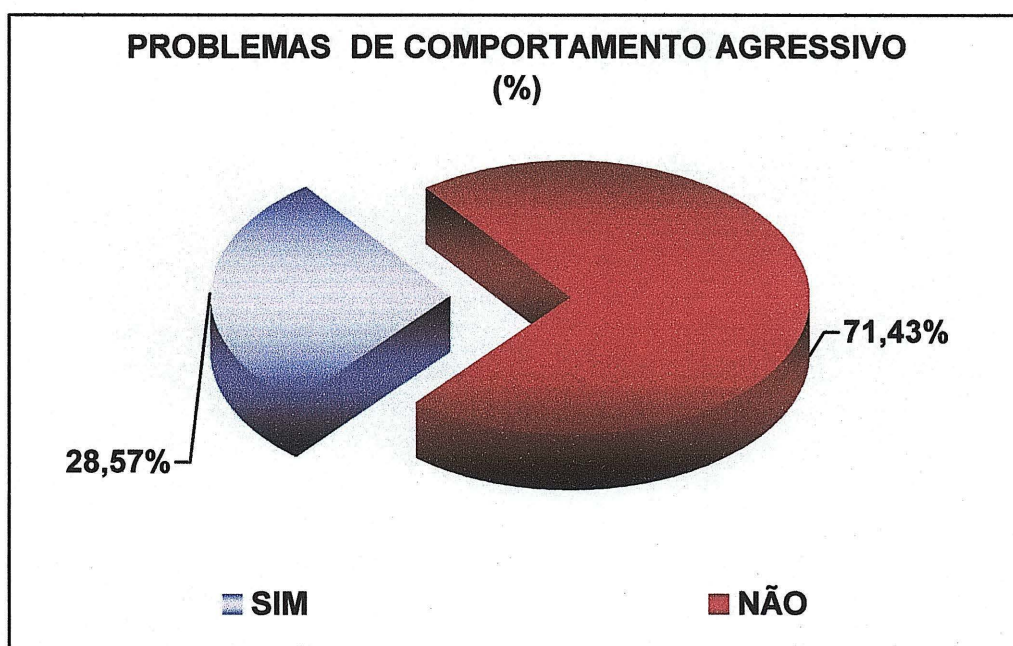


GRÁFICO 10 – PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO AGRESSIVO (%)

Fonte: Pesquisa de Campo 2009.

Dois educadores (28,57%) já presenciaram ou notaram comportamentos agressivos por parte dos adolescentes envolvidos no programa, porém a maioria composta por cinco (71,43%) nunca presenciou tais atitudes.

Ao avaliar as respostas dos adolescentes e dos educadores, contata-se que identidade do adolescente se desenvolve em silêncio com o passar do tempo; entretanto, muitas pequenas partes do “eu” se unem de forma organizada. Estes elementos podem incluir aspectos inatos da personalidade, como a passividade ou a agressividade, talentos e habilidades; identificação com modelos, modos de encarar conflitos e regular a conduta, assim como a adoção consistente de papéis sociais, vocacionais e de gênero. (MELLO, 2002)

4) Questão: Os adolescentes atendidos pelo Programa, apresentam sinais de maus-tratos por seus familiares?

<i>Sinais de maus-tratos</i>	
Sim	05
Não	01
Não posso avaliar	01
Total	07

TABELA 10 – SINAIS DE MAUS-TRATOS

Fonte: Pesquisa de Campo 2009.

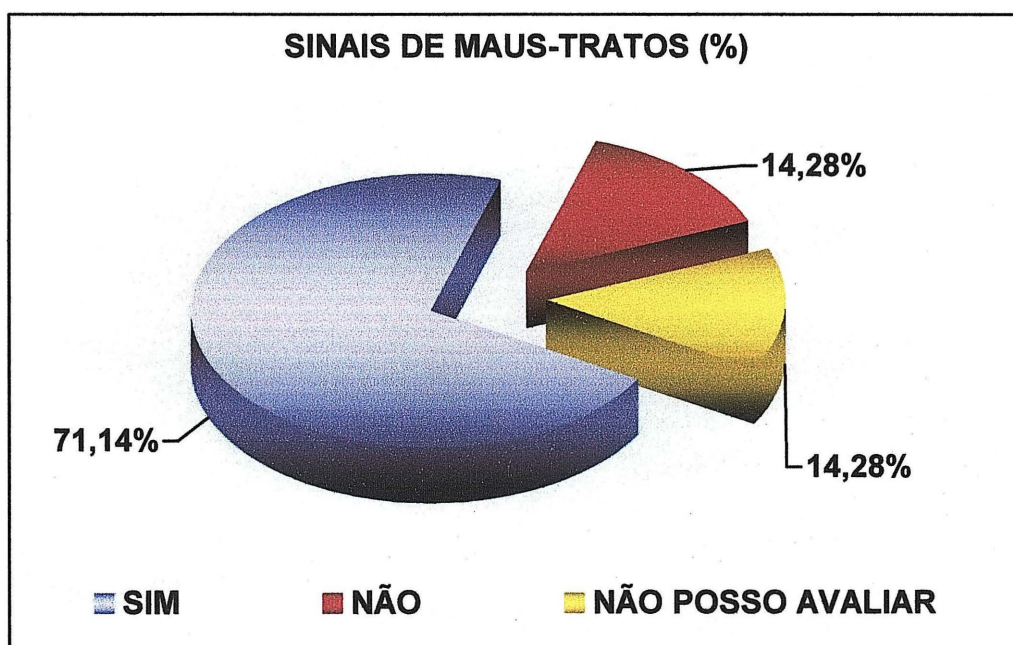


GRÁFICO 11 – SINAIS DE MAUS-TRATOS (%)

Fonte: Pesquisa de Campo 2009.

Apesar de negado por parte dos adolescentes, os educadores frisam que já detectaram sinais de maus-tratos nos alunos e isso é citado pela grande maioria seis entrevistados (71,14%), caracterizando assim maior evidência do caso.

5) Questão: Conhece algum caso de uso de drogas e entorpecentes entre os adolescentes atendidos pelo Programa?

<i>Uso de drogas e entorpecentes</i>	
Sim	02
Não	05
Total	07

TABELA 11 – USO DE DROGAS E ENTORPECENTES

Fonte: Pesquisa de Campo 2009.



GRÁFICO 12 – USO DE DROGAS E ENTORPECENTES (%)

Fonte: Pesquisa de Campo 2009.

No quesito uso de drogas e entorpecentes, os educadores dividem-se em citar, pois apenas dois (28,57%) já evidenciaram o caso de uso de drogas e cinco entrevistados (71,43%) ainda não presenciara tal fato, ou optou por não afirmar.

6) Questão: Conhece algum caso de adolescentes atendidos pelo Programa que possuem passagem pela polícia?

<i>Passagem de adolescentes pela PM</i>	
Sim	05
Não	02
Total	07

TABELA 12 – PASSAGEM DE ADOLESCENTES PELA PM

Fonte: Pesquisa de Campo 2009.



GRÁFICO 13 – PASSAGEM DE ADOLESCENTES PELA PM (%)

Fonte: Pesquisa de Campo 2009.

Constatou-se pela pesquisa realizada que a grande maioria cinco (71,43%) dos educadores entrevistados tem conhecimento que os adolescentes pertencentes ao Programa possuem passagem pela Polícia Militar.

Evidencia-se assim que fatores sociais, econômicos, ambientais e pedagógicos, contribuem para que o menor brasileiro esteja cada vez mais envolvido com a delinquência, assim como os adultos, e que a criminalidade é uma soma de todos esses problemas sociais que, por sua vez, geram outro: o da segurança pública.

7) Questão: Qual nota você, como educador, atribui aos adolescentes atendidos pelo Programa?

<i>Conceito atribuído aos adolescentes do Programa</i>	
De 09 a 10	05
De 06 a 08	02
De 00 a 05	00
Total	07

TABELA 13 – CONCEITO ATRIBUÍDO AOS ADOLESCENTES DO PROGRAMA

Fonte: Pesquisa de Campo 2009.

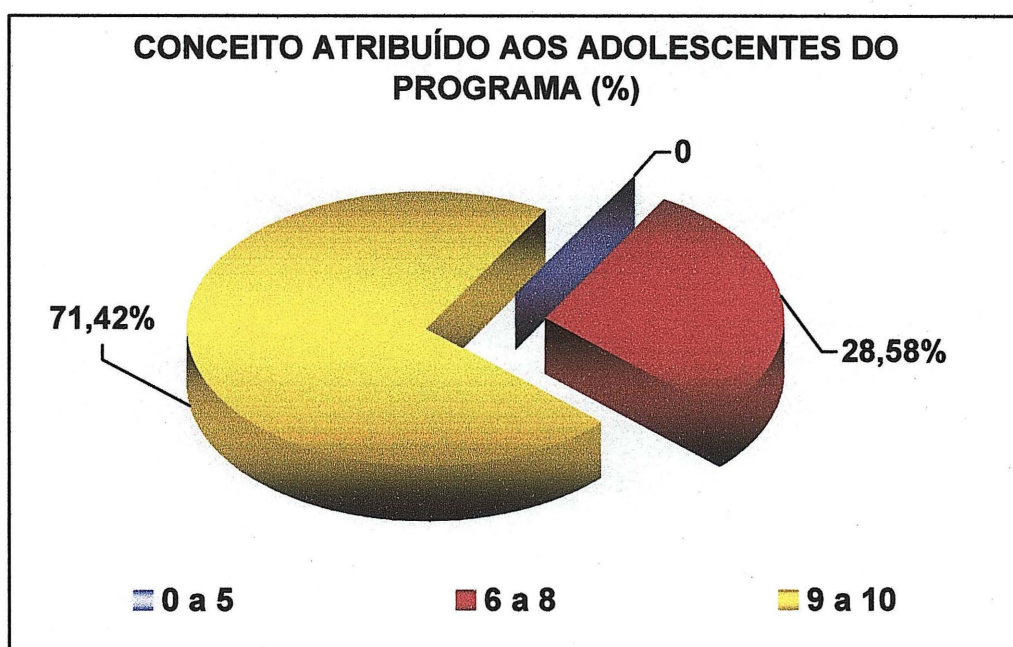


GRÁFICO 14 – CONCEITO ATRIBUÍDO AOS ADOLESCENTES DO PROGRAMA (%)

Fonte: Pesquisa de Campo 2009.

Os educadores foram enfáticos ao parabenizar os alunos pelo excepcional desempenho frente ao Programa Adolescente Cidadão, sendo que cinco educadores (71,42%) atribuíram a nota máxima aos alunos, e dois (28,58%) a nota mediana, como forma de reconhecimento no seu aprendizado e educação

Afirma-se assim que a educação abre, portanto, os horizontes para os conhecimentos para a realidade das ciências e das coisas. Ela deve ir além da escolaridade, abrangendo a profissionalização, a sociabilização, a disciplina em relação às normas e padrões sociais, as noções de higiene e asseio etc., a fim de que possa integrar o ser humano plenamente à comunhão social. (ORTIZ, 2000)

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adolescência é compreendida, então, como uma produção da modernidade, caracterizando um período pelo qual a criança deve passar, dando algumas provas de sua capacidade para que se torne adulta, já que tal passagem não está garantida que aconteça de forma tranqüila. Diante deste pedido para que se prepare antes de ser reconhecido como adulto, o adolescente pode tanto aceitá-lo fielmente como procurar contrariá-lo.

Na medida em que percebe seu contexto, tanto o familiar quanto os contextos mais amplos, de forma menos idealizada do que percebia na infância, o então adolescente se coloca de forma questionadora. Desta forma, impulsiona sua subjetivação, a formação de sua identidade, já que esta construção de quem ele vai ser dali para frente passa, necessariamente, por uma separação, uma diferenciação, dele em relação aos outros. Assim, o adolescente vai buscar esta auto-afirmação, muitas vezes, contrariando os adultos, por meio da criação de modos próprios de vestir-se, reunindo-se em grupos, criando regras próprias de comportamentos e interesses.

Vive-se numa sociedade em que o maior valor é o consumo. Sendo assim, a condição de “descartável” que o consumismo imprime aos produtos para que se mantenha o sistema de constante consumo, influencia as relações entre as pessoas e o modo de viverem. São utilizados padrões de moda e beleza para que as pessoas sigam, vinculados geralmente a imagem do adolescente.

Os maiores reconhecimentos são para as pessoas que “se deram bem na vida”. Muitas acabam sendo consideradas quase como celebridades, “vivendo seus quinze minutos de fama”, servindo de modelos nos quais se espelham muitos adolescentes. As próprias fotos estampadas nas capas de cadernos feitos visando ao público adolescente, ao invés de dar lugar a personalidades que se destacam pelo seu trabalho intelectual ou até figuras com importante papel na história do país, por exemplo, são, ao contrário, geralmente impressas fotos sensuais de atores (também jovens) que são destaque na mídia em geral.

Na medida em que os adolescentes são idealizados pelos adultos, seja pelo estilo de vida, pela pouca necessidade de assumir responsabilidades ou pela própria transgressão, eles não encontram referenciais socialmente reconhecidos que ofereçam possibilidades de identificação, a não serem eles mesmos. Sendo assim,

tornar-se mais complicado se constituir enquanto adulto, fazendo com que, cada vez mais, a adolescência seja prolongada e a maturidade postergada.

A participação do adolescente em movimentos sociais, políticos, em centros estudantis, associações comunitárias, engajamento em projetos pela preservação ambiental, pela paz no mundo, ou até participação em atividades esportivas ou artísticas, de certa forma, representam possibilidades de uma atuação social compensadora, tanto para os adolescentes como para a sociedade em geral. Já que são atuações valorizadas socialmente, oferecem ao adolescente um reconhecimento pelas suas ações. Eles passam a ser respeitados, admirados, o que pode representar ganhos subjetivos relevantes, constituindo vias de acesso no mundo dos adultos menos conturbadas do que pela via da transgressão, por exemplo.

É comum, nesta época, um “jogo de empurra” com a responsabilidade de se ocupar da transmissão de valores e do exercício da função paterna. Tanto a família quanto a instituição escolar se vêem incapacitados de oferecerem esses referenciais. Assim, vê-se um grande número de adolescentes envolvendo-se em situações de violência, evadindo-se da escola, e, em consequência, perdidos nesta sociedade exclusiva.

Neste sentido, o Programa Adolescência Cidadã procura oferecer referenciais para o adolescente. É por meio do contato com figuras de autoridade, no caso os educadores, que as transmissões significativas poderão ocorrer. Para tanto, é necessário que os profissionais continuem apostando na possibilidade destas transmissões, que eles se percebam enquanto figuras de referência para os adolescentes, que mantenham uma aposta em cada adolescente no sentido de efetivar uma mudança na vida deles. Assim, precisam buscar oferecer aos adolescentes atividades diversificadas e desafiadoras para que estes encontrem alternativas para atuações socialmente reconhecidas.

O estímulo oferecido pelos educadores para o retorno, permanência e sucesso na situação de escolaridade do adolescente tem se mostrado eficaz na mudança de comportamento, fazendo com que percebam-se capazes de conquistar um futuro digno.

O Programa Adolescência Cidadã encontra-se em consonância com o ECA e assim cumpre seus objetivos de ser sócio-educativo, pois permite o respeito pela singularidade, pelo espaço privado, apresentando-se como espaço de apoio aos adolescentes. Sua política de trabalho não está centrada no sentido de moldar o

adolescente aos padrões estabelecidos pela classe dominante e sim em contribuir para que ele consiga romper com a repetição das atuações delinquentes.

O engajamento com a família também agregou sucesso no trabalho oferecido, uma vez que o adolescente atendido pertence a uma família e precisa perceber-se como integrante deste grupo social, que possui regras, limitações, mas deve ser um lugar de aconchego e apoio.

A grande limitação apresentada está relacionada ao número de atendimentos que está muito aquém da demanda e, portanto, para que se aumente o impacto em relação ao envolvimento de adolescentes em situações de violência, faz-se necessária ampliação de vagas oferecidas a comunidade, já que o programa desenvolvido vem trazendo excelentes resultados à segurança pública, promovendo a diminuição dos índices de violência e criminalidade que envolve adolescentes.

Que há a necessidade de integrar esforços de toda a sociedade, na busca da melhoria desses índices, não há dúvida alguma. Nosso trabalho deixa claro que essa tarefa somente alcança bons resultados, quando conduzida em nome de parcerias, sejam elas públicas ou privadas.

Nosso trabalho trouxe a realidade de um único programa. Existem ainda, para estudo outras iniciativas levadas a efeito por Organizações Não Governamentais que também são merecedoras de avaliação de desempenho.

Pela escassez de tempo, não foi possível a realização de um levantamento estatístico sobre a influência na vida dos jovens que em algum momento de suas vidas tiveram contato com o programa "Adolescência Cidadã", fato este, que ao nosso ver é merecedor de um estudo específico.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hanna. *Entre o passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.
- ASSIS, S.G. *Traçando Caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 1999.
- BARROS, F. O. (coord.). *Tô fora: o adolescente em conflito com a lei – o retorno da segregação*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- BECKER, A. L. Que tipo de parentalidade é oferecida aos adolescentes pelo social? *Correio da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, Porto Alegre*, n ° 112, abr. 2003.
- BLOS, Peter. *Adolescência uma Interpretação Psicanalística*, São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Lei Federal nº 8.069 de 13 de junho de 1990.
- BRASIL. *Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)*. Lei Federal 8.742 de 07 de dezembro de 1993.
- BRITO, T., Leila Maria (coord.). *Jovens em conflito com a lei: a contribuição da universidade ao sistema sócioeducativo*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000.
- BONDARUK, R. L.; SOUZA, C. A. *Polícia Comunitária: Polícia cidadã para um povo cidadão*. Curitiba. Publicações Técnicas - Associação da Vila Militar, 2003.
- CALLIGARIS, Contardo. *A adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CORSO, Diana L. Parentalidade Envergonhada. In: FLEIG, Mario (Org). *Psicanálise e sintoma social* - 2. ed. - São Leopoldo: Ed. da UNISINOS, 1997.
- COSTA, H. H. *A trama da violência na escola*. Rio de Janeiro, 1994. Dissertação (Mestrado) - Fundação Getúlio Vargas
- DEBORD, G. In: RAMALHO, R. *A dor emudecida*. São Paulo, 2001.
- DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo : Atlas, 1989.

ESPIG, A.S. O papel social do aluno adolescente e a função da escola. In: CORREIO DA APPOA. **Fórum Mundial de Educação**. n° 98. p.58-63. Porto Alegre: APPOA, jan, 2002.

FLEIG, Mario (Org). **Psicanálise e sintoma social** - 2. ed. - São Leopoldo : Ed. da UNISINOS, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREITAS, Décio. Revoluções Falhadas. **Zero Hora**, 05 nov.1995, col. 1 – 3.

FREUD, Sigmund. **Três Ensaios sobre a sexualidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1973.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas,2002.

HARDT, In: FLEIG, Mario (Org.). **Psicanálise e sintoma social** - 2. ed. - São Leopoldo: Ed. da UNISINOS, 1997.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica**, Petrópolis: Vozes, 1997.

LAKATOS , E. M.; MARCONI, M. A.. **Metodologia do Trabalho Científico**, São Paulo: Editora Atlas S.A 2001.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**, São Paulo, 1998.

MELLO, E. D. . A escola, o tempo e o lugar do professor. **Correio da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, Porto Alegre, v. 98, p. 47-51, 2002.

ORTIZ, Esmeralda do C. **Esmeralda, por que não dancei**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

POLICIA MILITAR DO PARANÁ. **Relatório de ocorrências do município de Araucária** (BOU), referente ao ano de 2007.

RASSIAL, Jean-Jacques. **O adolescente e o psicanalista** - Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

SILVA, Roberto da. **Os filhos do Governo**. São Paulo: Ática, 1997.

SOUZA, R. e ZAVALA, R. **Permanecer na escola tira jovens do crime, diz pesquisa**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/sonosso/gd060301.htm> Acesso em: 16 setembro 2009.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AO PÚBLICO ADOLESCENTE

1. Em sua vida escolar você teve:

- 1 reprovação
- 2 reprovações
- 3 reprovações
- mais de 3 rep.

2. Em algum momento da sua vida escolar você desistiu de estudar e abandonou a escola?

- sim
- não

3. Já sofreu maus tratos por parte de seus familiares?

- sim
- não

4. Em caso afirmativo, qual foi o motivo:

- trabalho
- dificuldade de aprendizagem
- envolvimento com gangues, drogas e derivados...
- perdeu o estímulo de estudar

5. Em caso de abandono da escola, como você ocupava seu tempo quando esteve longe da escola?

- dormia
- ficava com amigos na rua
- trabalhava

6. Em que medida participar do Programa para adolescentes contribuiu para seu retorno a escola

- muito
- pouco
- não contribuiu

7. Você sente-se bem em ter alguém como a educadora do Programa com frequência na sua escola?

() sim

() não

8. Você já se envolveu com algum tipo de briga ou ocorrência policial?

() sim

() não

9. Mudou seu comportamento depois de ingressar ao Programa?

() sim

() não

10. Cite algumas vantagens que você teve com o ingresso no Programa?

11. Quais suas sugestões de melhorias no Programa?

QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS PROFESSORES

1. Você consegue visualizar diferença de comportamento entre a primeira semana em que o adolescente participa do programa e depois de 6 meses?

() sim

() não

2. Qual o grau de envolvimento da maioria dos pais dos adolescentes atendidos?

() muito

() pouco

() não se interessam

3. Já teve problemas com comportamentos agressivos dos adolescentes no Programa?

() sim

() não

Justifique como contornou a situação:

4. Quais as atividades desenvolvidas no Programa que você observa maior interesse dos adolescentes?

5. Os adolescentes atendidos pelo programa apresentam sinais de maus tratos familiares?

() sim

() não

6. Conhece algum caso de drogas e entorpecentes dentre os adolescentes atendidos pelo programa?

() sim

() não

7. Algum dos adolescentes tem passagens pela polícia? Se sim, quantos?

() sim

() não

8. Quais as suas sugestões de melhorias para o Programa?

9. Qual a nota você atribui às melhorias apresentadas pelo Programa

() 0 a 5

() 6 a 8

() 9 a 10